



Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e três minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes Cruz (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Patrícia Alexandra da Dores Paz Rodrigues (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

A Sra. Vereadora Ana Paulina Rosa Vitorino (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 7 e 8.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Projeto da Ata n.º 04/2022 - Reunião ordinária de 02 de fevereiro de 2022.**

2. **Deliberação n.º 2191/2022 – Proposta n.º 3/2022 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Tróia**
3. **Deliberação n.º 2192/2022 – Proposta n.º 1582/2022 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
4. **Deliberação n.º 2193/2022 – Proposta n.º 1583/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua de Lisboa, n.º 281, em Brejos de Azeitão**
5. **Deliberação n.º 2194/2022 – Proposta n.º 1584/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 2.º A, Setúbal**
6. **Deliberação n.º 2195/2022 – Proposta n.º 1585/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 3.º C, Setúbal**
7. **Deliberação n.º 2196/2022 – Proposta n.º 1586/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Beco dos Mártires da Pátria, n.º 3, Setúbal**
8. **Deliberação n.º 2197/2022 – Proposta n.º 1587/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Herdade de Negreiros, Lote 101, Azeitão**
9. **Deliberação n.º 2198/2022 – Proposta n.º 1588/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Estrada de Azeitão, Rua António Joaquim Henriques, n.º 9, Setúbal**
10. **Deliberação n.º 2199/2022 – Proposta n.º 1589/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 1.º Dto., Setúbal**
11. **Deliberação n.º 2200/2022 – Proposta n.º 1590/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua do Mormugão, n.º 45 – 2.º H, Setúbal**
12. **Deliberação n.º 2201/2022 – Proposta n.º 1591/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua do Castelo, n.ºs 59 e 61 e Rua José Carlos da Maia, n.º 95, Setúbal**
13. **Deliberação n.º 2202/2022 – Proposta n.º 1592/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Avenida da República da Guiné Bissau, n.º 30 – 4.º C, Setúbal**
14. **Deliberação n.º 2203/2022 – Proposta n.º 1593/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Avenida Luísa Todí, n.ºs 277, 279 e 281, Rua dos Trabalhadores do Mar, n.ºs 65 e 67, Travessa dos Trabalhadores do Mar, n.º 65A e Largo José Afonso, n.ºs 1A e 1B – 1.º E24, Setúbal**
15. **Deliberação n.º 2204/2022 – Proposta n.º 1594/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua José Pedro da Silva, n.º 9 – 1.º Frt., Setúbal**
16. **Deliberação n.º 2205/2022 – Proposta n.º 1595/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua Gregório Lopes, n.º 19 – 1.º Esq., Setúbal**
17. **Deliberação n.º 2206/2022 – Proposta n.º 1596/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua da Florex, Lote 25 (Quinta dos Fidalguinhos), Rua Serra de São Luís, Galeotas, Azeitão**
18. **Deliberação n.º 2207/2022 – Proposta n.º 1597/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua Celestino Alves, Urb. Torres do Sado, n.º 10 – 2.º G, Setúbal**

19. **Deliberação n.º 2208/2022 – Proposta n.º 1598/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José Guilherme dos Santos, n.º 5 - R/C Dto., Setúbal
20. **Deliberação n.º 2209/2022 – Proposta n.º 1599/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Manuel de Aguiar, n.º 19, Azeitão
21. **Deliberação n.º 2210/2022 – Proposta n.º 1600/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Almeida Garrett, n.ºs 35 e 37 – 2.º Dto., Setúbal
22. **Deliberação n.º 2211/2022 – Proposta n.º 1601/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Jaime Horácio Junqueiro, n.º 3 – 2.º Esq., Setúbal
23. **Deliberação n.º 2212/2022 – Proposta n.º 1602/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Jorge Afonso, n.º 10 - R/C ET, Setúbal
24. **Deliberação n.º 2213/2022 – Proposta n.º 1603/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José Augusto dos Santos, Lote 15 – 1.º Ft., Setúbal
25. **Deliberação n.º 2214/2022 – Proposta n.º 1604/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Catarina Eufémia, Lote 24, Azeitão
26. **Deliberação n.º 2215/2022 – Proposta n.º 1605/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Doutor António Rodrigues Manito, n.º 82 – 6.º A, Setúbal
27. **Deliberação n.º 2216/2022 – Proposta n.º 1606/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José Ganhão de Lasarda, n.º 24 – 2.º Esq. - Guarda do Pinheiro, Azeitão
28. **Deliberação n.º 2217/2022 – Proposta n.º 1607/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 – 3.º Dto., Setúbal
29. **Deliberação n.º 2218/2022 – Proposta n.º 1608/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 74 – 2.º C, Setúbal
30. **Deliberação n.º 2219/2022 – Proposta n.º 1609/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Serração, n.º 10-A, Azeitão
31. **Deliberação n.º 2220/2022 – Proposta n.º 1610/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 1 – 5.º C, Setúbal
32. **Deliberação n.º 2221/2022 – Proposta n.º 1611/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 3.º Frt., Setúbal
33. **Deliberação n.º 2222/2022 – Proposta n.º 1612/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Gomes Cardim, n.º 7 – 1.º Esq., Setúbal
34. **Deliberação n.º 2223/2022 – Proposta n.º 1613/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua dos Jacarandás, Lote 1D – 1.º Esq., Azeitão
35. **Deliberação n.º 2224/2022 – Proposta n.º 1614/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praias do Sado, Lote 142, Setúbal

36. **Deliberação n.º 2225/2022 – Proposta n.º 1615/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta do Monte Belo, n.º 13 - R/C Dto., Setúbal**
37. **Deliberação n.º 2226/2022 – Proposta n.º 1616/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida do Alentejo, n.º 69 – 5.º Dto, Setúbal**
38. **Deliberação n.º 2227/2022 – Proposta n.º 1617/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António José Batista, n.ºs 1, 3, 3-A, 5, 7, 9 e 9-A - 1.º Frt., Setúbal**
39. **Deliberação n.º 2228/2022 – Proposta n.º 1618/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 12 - R/C Dto., Setúbal**
40. **Deliberação n.º 2229/2022 – Proposta n.º 1619/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Cristóvão de Figueiredo, n.º 10 – 3.º Dto., Setúbal**
41. **Deliberação n.º 2230/2022 – Proposta n.º 1620/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 105 – 2.º Dto., Setúbal**
42. **Deliberação n.º 2231/2022 – Proposta n.º 1621/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praça do Brasil, n.º 16, Setúbal**
43. **Deliberação n.º 2232/2022 – Proposta n.º 1622/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praça do Brasil, n.º 18, Setúbal**
44. **Deliberação n.º 2233/2022 – Proposta n.º 1623/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Jaime Cortesão, n.º 79 – 4.º E, Setúbal**
45. **Deliberação n.º 2234/2022 – Proposta n.º 1624/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Castelo de São Filipe, n.º 7 – 2.º Esq., Setúbal**
46. **Deliberação n.º 2235/2022 – Proposta n.º 1625/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Engenheiro Henri Perron, n.º 14 - R/C Dto., Setúbal**
47. **Deliberação n.º 2236/2022 – Proposta n.º 1626/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Cidade Debrecen, n.º 20 – 6.º C, Setúbal**
48. **Deliberação n.º 2237/2022 – Proposta n.º 1627/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Abel Salazar, n.º 14 – 3.º Esq., Setúbal**
49. **Deliberação n.º 2238/2022 – Proposta n.º 1628/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Celestino Alves, n.º 10 – 6.º D, Setúbal**
50. **Deliberação n.º 2239/2022 – Proposta n.º 1629/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António da Mota, n.ºs 29 e 29A, Setúbal**
51. **Deliberação n.º 2240/2022 – Proposta n.º 1630/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua João Eloy do Amaral, n.º 43 – 2.º, Setúbal**
52. **Deliberação n.º 2241/2022 – Proposta n.º 1631/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta José Malhoa, n.º 6 – 6.º Dto., Setúbal**

53. *Deliberação n.º 2242/2022 – Proposta n.º 1632/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Tenente Jean Raymond, n.º 1 - R/C Dto., Setúbal*
54. *Deliberação n.º 2243/2022 – Proposta n.º 1633/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Joaquim António Estanislau, Lotes 7 e 7A, Azeitão*
55. *Deliberação n.º 2244/2022 – Proposta n.º 1634/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua D. Lourenço Dinis, n.º 8, Azeitão*
56. *Deliberação n.º 2245/2022 – Proposta n.º 1635/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Nuno Álvares, n.º 9 – 3.º Esq., Setúbal*
57. *Deliberação n.º 2246/2022 – Proposta n.º 1636/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Eito, n.ºs 15 e 17, Setúbal*
58. *Deliberação n.º 2247/2022 – Proposta n.º 1637/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Vinha do Campo ou Urbanização Monte da Vinha, Lote 12, Azeitão*
59. *Deliberação n.º 2248/2022 – Proposta n.º 1638/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 10 – 1.º Frt., Setúbal*
60. *Deliberação n.º 2249/2022 – Proposta n.º 1639/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José Afonso, n.º 1 – 1.º Esq., Azeitão*
61. *Deliberação n.º 2250/2022 – Proposta n.º 1640/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Coronel Carlos Fabião, n.º 33, Azeitão*
62. *Deliberação n.º 2251/2022 – Proposta n.º 1641/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Bairro Dias Ferrão, n.º 14 – 3.º Dto., Setúbal*
63. *Deliberação n.º 2252/2022 – Proposta n.º 1642/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 25 – 4.º Dto., Setúbal*
64. *Deliberação n.º 2253/2022 – Proposta n.º 1643/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 26 – 5.º B, Setúbal*
65. *Deliberação n.º 2254/2022 – Proposta n.º 1644/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Tortinhas, n.º 68, Azeitão*
66. *Deliberação n.º 2255/2022 – Proposta n.º 1645/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – 5.º Dto., Setúbal*
67. *Deliberação n.º 2256/2022 – Proposta n.º 1646/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 6 – 3.º Dto., Setúbal*
68. *Deliberação n.º 2257/2022 – Proposta n.º 1647/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida da República da Guiné Bissau, n.º 26 – 4.º Dto., Setúbal*
69. *Deliberação n.º 2258/2022 – Proposta n.º 1648/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 2.º B, Setúbal*
70. *Deliberação n.º 2259/2022 – Proposta n.º 1649/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Padre Américo, n.º 3 (Torre 3) – 6.º Esq., Setúbal*

71. **Deliberação n.º 2260/2022 – Proposta n.º 1650/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Picheleiros, Azeitão
72. **Deliberação n.º 2261/2022 – Proposta n.º 1651/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Padre Américo, n.º 3 (Torre 3) - Gar. n.º 30, Setúbal
73. **Deliberação n.º 2262/2022 – Proposta n.º 1652/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Estrada da Baixa de Palmela, n.º 112 – 3.º Dto., Setúbal
74. **Deliberação n.º 2263/2022 – Proposta n.º 1653/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Oliveiras, n.º 26, tornejando para a Rua Henrique Cardoso, Setúbal
75. **Deliberação n.º 2264/2022 – Proposta n.º 1654/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Rodrigo Ferreira da Costa, n.º 80, Setúbal
76. **Deliberação n.º 2265/2022 – Proposta n.º 1655/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua de Valverde, n.º 10 – 3.º Frt., Setúbal
77. **Deliberação n.º 2266/2022 – Proposta n.º 1656/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua de São Joaquim, n.º 11 - C/V Dta., Setúbal
78. **Deliberação n.º 2267/2022 – Proposta n.º 1657/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Choilo, Lote 67, Azeitão
79. **Deliberação n.º 2268/2022 – Proposta n.º 1658/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Giestas, n.º 8 – 3.º Dto., Setúbal
80. **Deliberação n.º 2269/2022 – Proposta n.º 1659/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Henrique Augusto Pereira, Lote 5 – 4.º Dto. Frt., Setúbal
81. **Deliberação n.º 2270/2022 – Proposta n.º 1660/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua de São Joaquim, n.º 8, Setúbal
82. **Deliberação n.º 2271/2022 – Proposta n.º 1661/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Campos Rodrigues, n.º 19, Setúbal
83. **Deliberação n.º 2272/2022 – Proposta n.º 1662/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 - R/C Esq., Setúbal
84. **Deliberação n.º 2273/2022 – Proposta n.º 1663/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Ana Gonçalves, n.º 1 – 1.º B, Setúbal
85. **Deliberação n.º 2274/2022 – Proposta n.º 1664/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Almeida Carvalho, n.º 4 – 1.º Dto, Setúbal
86. **Deliberação n.º 2275/2022 – Proposta n.º 1665/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Frei João Pinheiro, n.ºs 9 e 9A, Azeitão
87. **Deliberação n.º 2276/2022 – Proposta n.º 1666/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praça do Brasil, n.ºs 16 e 18, Setúbal
88. **Deliberação n.º 2277/2022 – Proposta n.º 1667/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Fé, n.º 55 – 5.º Dto., Setúbal

89. **Deliberação n.º 2278/2022 – Proposta n.º 1668/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Tílias, Lote 157, Setúbal
90. **Deliberação n.º 2279/2022 – Proposta n.º 1669/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Camilo Castelo Branco, n.º 190E, Setúbal
91. **Deliberação n.º 2280/2022 – Proposta n.º 1670/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – 4.º Esq., Setúbal
92. **Deliberação n.º 2281/2022 – Proposta n.º 1671/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 2 - R/C Frt., Setúbal
93. **Deliberação n.º 2282/2022 – Proposta n.º 1672/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Manuel Rodrigues Coelho, n.º 8 – 2.º Dto., Setúbal
94. **Deliberação n.º 2283/2022 – Proposta n.º 1673/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Estrada de Palmela, n.º 213, Setúbal
95. **Deliberação n.º 2284/2022 – Proposta n.º 1674/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Frei António das Chagas, n.º 46 – 1.º E, Setúbal
96. **Deliberação n.º 2285/2022 – Proposta n.º 1675/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Urbanização Quinta da Amizade, Lote 130 – 1.º Esq., Setúbal
97. **Deliberação n.º 2286/2022 – Proposta n.º 1676/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 4 – 2.º Dto., Setúbal
98. **Deliberação n.º 2287/2022 – Proposta n.º 1677/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Bento Gonçalves, n.ºs 2 e 2A (Antigo Lote 11), Azeitão
99. **Deliberação n.º 2288/2022 – Proposta n.º 1678/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Bairro da Liberdade, n.º 43, Setúbal
100. **Deliberação n.º 2289/2022 – Proposta n.º 1679/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Cidade da Beira, n.º 6 – 2.º Frt., Setúbal
101. **Deliberação n.º 2290/2022 – Proposta n.º 1680/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José Augusto Coelho, n.º 140, Azeitão
102. **Deliberação n.º 2291/2022 – Proposta n.º 1681/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta do Monte Belo, n.ºs 11 e 12 – 3.º Dto., Setúbal
103. **Deliberação n.º 2292/2022 – Proposta n.º 1682/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Gil Vicente, n.ºs 3 e 5, Setúbal
104. **Deliberação n.º 2293/2022 – Proposta n.º 1683/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Várzeas, Lote 6, Azeitão
105. **Deliberação n.º 2294/2022 – Proposta n.º 1684/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Olavo Bilac, n.º 5 – 1.º Dto., Setúbal
106. **Deliberação n.º 2295/2022 – Proposta n.º 1685/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António José Batista, n.º 41 – 4.º C, Setúbal

107. **Deliberação n.º 2296/2022 – Proposta n.º 1686/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Fernando Santos, n.º 74 – 1.º Frt., Setúbal
108. **Deliberação n.º 2297/2022 – Proposta n.º 1687/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Sertório Pereira, n.º 5 - Gar. n.º 12, Setúbal
109. **Deliberação n.º 2298/2022 – Proposta n.º 1688/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Jorge Afonso, n.ºs 4, 5 e 6 – 3.º Dto., Setúbal
110. **Deliberação n.º 2299/2022 – Proposta n.º 1689/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 162 – 2.º G, Setúbal
111. **Deliberação n.º 2300/2022 – Proposta n.º 1690/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Agostinho Silva Santos, n.ºs 12 e 12-A (Lote 6), Azeitão
112. **Deliberação n.º 2301/2022 – Proposta n.º 1691/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Pote D, n.º 1 – 3.º D, Setúbal
113. **Deliberação n.º 2302/2022 – Proposta n.º 1692/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Estrada de Palmela, n.º 153 – 2.º Dto., Setúbal
114. **Deliberação n.º 2303/2022 – Proposta n.º 1693/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, n.º 38 - C/V Dta., Setúbal
115. **Deliberação n.º 2304/2022 – Proposta n.º 1694/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Nova da Jardía, n.º 194, Azeitão
116. **Deliberação n.º 2305/2022 – Proposta n.º 1695/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Lopo Homem, n.º 5 – 3.º B, Setúbal
117. **Deliberação n.º 2306/2022 – Proposta n.º 1696/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida 22 De Dezembro, n.º 21 J – 10.º Dto, Setúbal
118. **Deliberação n.º 2307/2022 – Proposta n.º 1697/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Cidade de Pau, n.º 4 – 8.º B, Setúbal
119. **Deliberação n.º 2308/2022 – Proposta n.º 1698/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Mormugão, n.º 51 – 5.º B, Setúbal
120. **Deliberação n.º 2309/2022 – Proposta n.º 1699/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Joaquim Pedro Rasteiro, n.ºs 44, 46 e 48 - R/C, Azeitão
121. **Deliberação n.º 2310/2022 – Proposta n.º 1700/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Alto de Brancanes ou Mata de Brancanes, Rua Armando Gomes, n.º 16, Setúbal
122. **Deliberação n.º 2311/2022 – Proposta n.º 1701/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.ºs 4 e 4-A – 1.º A, Setúbal
123. **Deliberação n.º 2312/2022 – Proposta n.º 1702/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Perú, n.ºs 68 e 70, Azeitão

124. **Deliberação n.º 2313/2022 – Proposta n.º 1703/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Campos Rodrigues, n.º 51 – 3.º Esq., Setúbal
125. **Deliberação n.º 2314/2022 – Proposta n.º 1704/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Gregório Lopes, n.º 9 – 1.º Dto., Setúbal
126. **Deliberação n.º 2315/2022 – Proposta n.º 1705/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Augusto Cardoso, n.º 54 - R/C, Setúbal
127. **Deliberação n.º 2316/2022 – Proposta n.º 1706/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua dos Quatro Caminhos, n.º 27 - R/C Dto., Setúbal
128. **Deliberação n.º 2317/2022 – Proposta n.º 1707/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Estrada de S. Ovídio - Mourisca, n.º 203, Setúbal
129. **Deliberação n.º 2318/2022 – Proposta n.º 1708/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Luta do Povo, n.º 32, Setúbal
130. **Deliberação n.º 2319/2022 – Proposta n.º 1709/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 4.º Dto., Setúbal
131. **Deliberação n.º 2320/2022 – Proposta n.º 1710/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António José Batista, n.ºs 112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 128,
130 e 132 - Gar. n.º 57, Setúbal
132. **Deliberação n.º 2321/2022 – Proposta n.º 1711/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 1, 3 e 5 – 2.º Esq., Setúbal
133. **Deliberação n.º 2322/2022 – Proposta n.º 1712/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Nuno Álvares, n.º 44 – 5.º D, Setúbal
134. **Deliberação n.º 2323/2022 – Proposta n.º 1713/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José António Fernandes, n.ºs 1 e 3, Azeitão
135. **Deliberação n.º 2324/2022 – Proposta n.º 1714/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.º 66, Azeitão
136. **Deliberação n.º 2325/2022 – Proposta n.º 1715/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Escola e Rua do Pinhão - Moradia Esq., Azeitão
137. **Deliberação n.º 2326/2022 – Proposta n.º 1716/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Senhor Jesus dos Navegantes, n.ºs 10 a 20 - R/C, Setúbal
138. **Deliberação n.º 2327/2022 – Proposta n.º 1717/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, n.º 20 – 3.º Esq., Setúbal
139. **Deliberação n.º 2328/2022 – Proposta n.º 1718/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua D. Vasco Martins, n.º 6 (cerrado à Estrada da Raimunda, Lote 2),
Setúbal
140. **Deliberação n.º 2329/2022 – Proposta n.º 1719/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Guilherme Faria, n.ºs 34 a 44 e Travessa das Papoilas, n.ºs 9 a 21 –
1.º Dto., Setúbal

141. **Deliberação n.º 2330/2022 – Proposta n.º 1720/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Libânio Braga, n.º 18 - R/C Esq., Setúbal
142. **Deliberação n.º 2331/2022 – Proposta n.º 1721/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José Maria Albino e Beco Agostinho Neto, Lote 3 - C/V Dta., Setúbal
143. **Deliberação n.º 2332/2022 – Proposta n.º 1722/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida D. João II, n.º 10 – 5.º C, Setúbal
144. **Deliberação n.º 2333/2022 – Proposta n.º 1723/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António José Batista, n.º 122 – 2.º Dto, Setúbal
145. **Deliberação n.º 2334/2022 – Proposta n.º 1724/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Afonso Paiva, n.º 1 – 2.º Dto., Setúbal
146. **Deliberação n.º 2335/2022 – Proposta n.º 1725/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Roberto Ivens, n.º 3 – 1.º A, Setúbal
147. **Deliberação n.º 2336/2022 – Proposta n.º 1726/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 147 – 2.º Dto., Setúbal
148. **Deliberação n.º 2337/2022 – Proposta n.º 1727/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Sertório Pereira, n.º 5 – 3.º Dto., Setúbal
149. **Deliberação n.º 2338/2022 – Proposta n.º 1728/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua General Daniel de Sousa, n.º 55 – 1.º Esq., Setúbal
150. **Deliberação n.º 2339/2022 – Proposta n.º 1729/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua General Daniel de Sousa, n.º 61 – 2.º Dto., Setúbal
151. **Deliberação n.º 2340/2022 – Proposta n.º 1730/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Ladeira das Fontainhas, n.º 44, Setúbal
152. **Deliberação n.º 2341/2022 – Proposta n.º 1731/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 141 – 1.º Dto., Setúbal
153. **Deliberação n.º 2342/2022 – Proposta n.º 1732/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António José Batista, n.º 106 – 1.º B, Setúbal
154. **Deliberação n.º 2343/2022 – Proposta n.º 1733/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Bento Gonçalves, n.º 29 – 3.º Esq., Setúbal
155. **Deliberação n.º 2344/2022 – Proposta n.º 1734/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Carrasco - Vale de Mulatas, Lote 12, em Setúbal
156. **Deliberação n.º 2345/2022 – Proposta n.º 1735/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Bento Gonçalves, n.º 29 - Garagem, n.º 9, em Setúbal
157. **Deliberação n.º 2346/2022 – Proposta n.º 1736/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 13, 15 e 17 – 1.º Dto., Setúbal

158. **Deliberação n.º 2347/2022 – Proposta n.º 1737/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Mário Sacramento, n.º 24 – 2.º C, Setúbal
159. **Deliberação n.º 2348/2022 – Proposta n.º 1738/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Mirante, n.º 13 – 2.º Esq., Setúbal
160. **Deliberação n.º 2349/2022 – Proposta n.º 1739/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Giestas, Lote 68, Setúbal
161. **Deliberação n.º 2350/2022 – Proposta n.º 1740/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Professor Francisco Gentil, n.º 3 – 3.º Esq., Setúbal
162. **Deliberação n.º 2351/2022 – Proposta n.º 1741/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Pote de Água, n.º 55, Setúbal
163. **Deliberação n.º 2352/2022 – Proposta n.º 1742/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Diogo Fernandes Pereira, n.º 28, Setúbal
164. **Deliberação n.º 2353/2022 – Proposta n.º 1743/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua D. Pedro Fernandes Sardinha, n.º 22, Setúbal
165. **Deliberação n.º 2354/2022 – Proposta n.º 1744/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dona Gertrudes Ligeiro, n.ºs 2, 4 e 6 tornejando para Rua Moinho do Frade, n.ºs 21 e 23, Setúbal
166. **Deliberação n.º 2355/2022 – Proposta n.º 1745/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Bartolomeu Dias, n.º 22 – 1.º Esq., Setúbal
167. **Deliberação n.º 2356/2022 – Proposta n.º 1746/2022 – DAF/DICONT/SERGE P**
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua D. Vasco Martins, n.º 14, Azeitão
168. **Deliberação n.º 2357/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DEB/DIGEPE – Alteração**
ao protocolo de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no
1.º ciclo do ensino básico na Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão
169. **Deliberação n.º 2358/2022 – Proposta n.º 25/2022 – DOM/DIHAB – Proposta**
de celebração de protocolo para a implementação do estúdio de som e vídeo
“Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade” Bela Vista
170. **Deliberação n.º 2359/2022 – Proposta n.º 63/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio**
financeiro ao São Domingos Futebol Clube
171. **Deliberação n.º 2360/2022 – Proposta n.º 64/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio**
financeiro à Academia de Futsal Estrelas de Setúbal: obras de beneficiação
da sede
172. **Deliberação n.º 2361/2022 – Proposta n.º 65/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio**
financeiro ao Centro Ciclista Azeitonense – Prémio Juvenil da Aldeia da
Piedade
173. **Deliberação n.º 2362/2022 – Proposta n.º 66/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio**
financeiro ao Clube de Amadores de Pesca Desportiva – Participação no
Campeonato Mundial
174. **Deliberação n.º 2363/2022 – Proposta n.º 67/2022 – DCDJ/DIDES – Isenção de**
Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Circuito Nacional de Dança
Desportiva
175. **Deliberação n.º 2364/2022 – Proposta n.º 68/2022 – DCDJ/DIDES – Parecer da**
Câmara Municipal de Setúbal sobre o Scalipus Clube de Setúbal

176. *Deliberação n.º 2365/2022 – Proposta n.º 69/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal (ADCS)*
177. *Deliberação n.º 2366/2022 – Proposta n.º 70/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Rancho Folclórico de Praias do Sado*
178. *Deliberação n.º 2367/2022 – Proposta n.º 71/2022 – DCDJ/DICUL - Apoio Financeiro à realização da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Tróia*
179. *Deliberação n.º 2368/2022 – Proposta n.º 72/2022 – DCDJ/DICUL - Apoio financeiro – Associação Setubailas*
180. *Deliberação n.º 2369/2022 – Proposta n.º 442/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada pela Lei 70/2015 de 16 de julho*
181. *Deliberação n.º 2370/2022 – Proposta n.º 443/2022 – DURB/DIGU – Aprovação condicionada de alterações de fachada*
182. *Deliberação n.º 2371/2022 – Proposta n.º 444/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de legalização de obras em edifício e muro de vedação (com obra)*
183. *Deliberação n.º 2372/2022 – Proposta n.º 445/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia, piscina e anexos e construção de muros*
184. *Deliberação n.º 2373/2022 – Proposta n.º 446/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de muro e legalização de ampliação de piscina*
185. *Deliberação n.º 2374/2022 – Proposta n.º 447/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em moradia*
186. *Deliberação n.º 2375/2022 – Proposta n.º 448/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para nova edificação e legalização de ampliação de edificação existente*
187. *Deliberação n.º 2376/2022 – Proposta n.º 449/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações de moradia, de muro de vedação e de construção de garagem*
188. *Deliberação n.º 2377/2022 – Proposta n.º 450/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia e muro de vedação*
189. *Deliberação n.º 2378/2022 – Proposta n.º 451/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação*
190. *Deliberação n.º 2379/2022 – Proposta n.º 452/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, piscina e muro de vedação*
191. *Deliberação n.º 2380/2022 – Proposta n.º 453/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de uma unidade hoteleira*
192. *Deliberação n.º 2381/2022 – Proposta n.º 454/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e alteração de utilização*
193. *Deliberação n.º 2382/2022 – Proposta n.º 455/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de edificação*
194. *Deliberação n.º 2383/2022 – Proposta n.º 456/2022 – DURB/DIGU – Indeferimento de projeto de arquitetura para licenciamento de um edifício multifamiliar com 3 fogos*
195. *Deliberação n.º 2384/2022 – Proposta n.º 457/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença para obras de edificação*
196. *Deliberação n.º 2385/2022 – Proposta n.º 458/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção para obras de edificação*
197. *Deliberação n.º 2386/2022 – Proposta n.º 459/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edificação*

198. *Deliberação n.º 2387/2022 – Proposta n.º 460/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edifício de habitação multifamiliar*
199. *Deliberação n.º 2388/2022 – Proposta n.º 461/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar térrea, garagem, piscina e muro de vedação*
200. *Deliberação n.º 2389/2022 – Proposta n.º 462/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra*
201. *Deliberação n.º 2390/2022 – Proposta n.º 463/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra*
202. *Deliberação n.º 2391/2022 – Proposta n.º 464/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra*
203. *Deliberação n.º 2392/2022 – Proposta n.º 465/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra*
204. *Deliberação n.º 2393/2022 – Proposta n.º 466/2022 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de obras de edificação*
205. *Deliberação n.º 2394/2022 – Proposta n.º 467/2022 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de obras de edificação*
206. *Deliberação n.º 2395/2022 – Proposta n.º 468/2022 – DURB/DIGU – Parecer de localização para instalação de infraestruturas elétricas ao abrigo do art.º 7.º do regime jurídico de edificação e urbanização*
207. *Deliberação n.º 2396/2022 – Proposta n.º 469/2022 – DURB/DIGU – Caducidade da licença e concessão de licença especial para obras inacabadas*
208. *Deliberação n.º 2397/2022 – Proposta n.º 470/2022 – DURB/DIGU – Caducidade da comunicação prévia e concessão da licença especial para obras inacabadas*
209. *Deliberação n.º 2398/2022 – Proposta n.º 471/2022 – DURB/DIGU – Caducidade do procedimento*
210. *Deliberação n.º 2399/2022 – Proposta n.º 472/2022 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações das especificações do alvará de loteamento n.º 14/76*
211. *Deliberação n.º 2400/2022 – Proposta n.º 473/2022 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações das especificações do alvará de loteamento n.º 14/87*
212. *Deliberação n.º 2401/2022 – Proposta n.º 474/2022 – DURB/DIGU – Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 14/95*
213. *Deliberação n.º 2402/2022 – Proposta n.º 475/2022 – DURB/DIGU – Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 18/91*
214. *Deliberação n.º 2403/2022 – Proposta n.º 476/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria*
215. *Deliberação n.º 2404/2022 – Proposta n.º 477/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura*
216. *Deliberação n.º 2405/2022 – Proposta n.º 478/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura*
217. *Deliberação n.º 2406/2022 – Proposta n.º 479/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração*
218. *Deliberação n.º 2407/2022 – Proposta n.º 480/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de legalização de alteração de fachada*
219. *Deliberação n.º 2408/2022 – Proposta n.º 481/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício de comércio/serviços*

- 220. *Deliberação n.º 2409/2022 – Proposta n.º 482/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional*
 - 221. *Deliberação n.º 2410/2022 – Proposta n.º 483/2022 – DURB/GAPRU – Informação prévia favorável condicionada*
 - 222. *Deliberação n.º 2411/2022 – Proposta n.º 484/2022 – DURB/GAPRU – Caducidade da comunicação prévia de reconstrução e alteração do edifício*
 - 223. *Deliberação n.º 2412/2022 – Proposta n.º 485/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário com 40m2*
 - 224. *Deliberação n.º 2413/2022 – Proposta n.º 486/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário com 24m2*
 - 225. *Deliberação n.º 2414/2022 – Proposta n.º 487/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário com 24m2*
 - 226. *Deliberação n.º 2415/2022 – Proposta n.º 488/2022 – DURB/GARIU – Ocupação da via pública com sacos de compras XXL alusivos ao LIDL exibindo publicidade*
 - 227. *Deliberação n.º 2416/2022 – Proposta n.º 489/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública para ação de rastreio de acuidade visual gratuito*
 - 228. *Deliberação n.º 2417/2022 – Proposta n.º 490/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito*
 - 229. *Deliberação n.º 2418/2022 – Proposta n.º 491/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documento anexo arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documento anexo arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13.
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14.
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 15.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Sónia Martins – Questionou o Senhor Presidente sobre qual o ponto de situação do Encarregado de Proteção de Dados.

Disse ter constatado que na reunião de câmara de 18 de maio tinham falado no período de antes da ordem do dia sobre a necessidade de disponibilizar algum espaço a algumas associações e a organizações, tendo sido referido pelo PSD e pelo PS a REFOOD. Nessa sequência tinha enviado vários e-mails para o gabinete do senhor Presidente sem que tivesse obtido resposta, também tinha enviado mensagens sem ter obtido resposta. Teve conhecimento que no dia anterior a REFOOD tinha sido contactada no sentido de poderem verificar umas instalações.

Informou o senhor Presidente que de acordo com a sua metodologia, sempre que existiam questões que lhes chegavam por parte dos munícipes, as reencaminhava para os diferentes vereadores dos respetivos pelouros. Aquela articulação tinha sido sempre muito saudável e tinha corrido sempre muito bem, mas quando se tratava do gabinete do senhor Presidente era sempre difícil, porque nunca obtinha resposta e não havendo resposta, solicitou que pelo menos acusassem a receção dos e-mails.

Relativamente à acessibilidade digital do site da Câmara Municipal que tinha sido aprovado a 17 de novembro de 2021, questionou o senhor Presidente se já estavam a ser desenvolvidas algumas atividades, no sentido de se candidatarem ao Selo de Acessibilidade e Usabilidade, na categoria de prata, para o ano de 2023 e se já tinha sido feita alguma melhoria no site para melhorar a pontuação. Daquilo que tinha visto tinha-lhe parecido que não, mas certamente que o senhor Presidente a poderia elucidar.

Questionou o senhor Presidente qual seria o estado da adesão ao protocolo entre a Administração Regional de Saúde e os serviços partilhados com o Ministério da Saúde, uma vez que tinha sido aprovado em reunião de câmara de 16 de março a implementação do “Balcão SNS 24” na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

Questionou o senhor Presidente para quando estava previsto a primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude.

Questionou o senhor Presidente se já tinha um ponto de situação relativamente ao Jardim da Beira-Mar, porque supostamente tinha havido uma reunião com a APSS, mas após ter passado pelo local, estava cada vez mais degradado e sujo, não estava bonito, razão pela qual seria importante perceber se já tinha sido tomada alguma decisão mais concreta.

Disse que iria apresentar um assunto na reunião de câmara, que não pretendia incomodar os setubalenses com questões internas, porque não obtinha resposta de outra forma. Informou o senhor Presidente que tinha estado duas horas e meia para conseguir abrir o seu e-mail, no computador da Câmara Municipal, não havia internet, razão pela qual não conseguiam trabalhar. O senhor Presidente tinha dito que em janeiro iriam ser atribuídos computadores aos vereadores da oposição, que estavam a utilizar os seus computadores pessoais. Como nada disso tinha acontecido e não tinha havido resposta, gostaria de perceber se iria haver uma solução. Sentia-se afastada de vir trabalhar para a Câmara Municipal, porque não existiam condições para trabalhar. Tinha perdido uma manhã para resolver os problemas do computador e da internet, sem que tivesse feito alguma coisa. Gostava que houvesse alguma agilidade para resolver aquelas questões.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que pretendia dar uma breve nota do ponto de situação das obras relativas às unidades de saúde familiar constantes na pareceria com a ARSLVT.

Atualmente tinham uma pareceria que envolvia a Unidade de Saúde Familiar de Azeitão, Unidade de Saúde Familiar da Bela Vista, Unidade de Saúde Familiar de Setúbal no Maria Lamas. Em relação à Unidade de Saúde Familiar de Azeitão, cuja obra já tinha avançado com um investimento de cerca de dois milhões e quatrocentos mil euros e estava prevista a sua conclusão no final de 2022. A construção do edifício era financiada em 50% pela ARSLVT e 50% pelo “POR Lisboa 2020”, a câmara tinha assegurado o terreno, com a área total de dois

mil e quinhentos metros quadrados e os arranjos exteriores, garantira também os projetos, a contratação e o desenvolvimento da empreitada, bem como a contratação da fiscalização e da coordenação da segurança em obra. A ARSLVT facultara o projeto de arquitetura cujo valor era superior ao contratado, em cerca de quatrocentos mil euros, matéria que ainda estava a ser resolvida pela ARSLVT. Tinha sido constituída uma comissão de acompanhamento que integrava representantes da CMS e da ARSLVT, para o acompanhamento da execução da empreitada. Naquele momento, encontravam-se executados os trabalhos de estrutura, sendo que nas alvenarias faltava apenas uma parede exterior dos alçados nascente e poente, betonilhas do piso zero e cobertura do piso zero e uma rede de esgotos enterradas e interiores, abertura e tapamento de roços para instalações especiais. Encontrava-se em execução as redes de abastecimento de água e saneamento, a colocação de tubagem de instalações elétricas, comunicação e segurança, o isolamento das condutas de AVAC e a respetiva montagem e a execução do estuque e montagem de armaduras para o muro de contenção nascente ligado à “Arrábida Padel”.

Era importante referir que a Unidade de Saúde Familiar de Azeitão tinha uma área bruta de construção de mil quinhentos e quarenta metros quadrados e iria integrar vinte gabinetes médicos, dezasseis gabinetes de enfermagem, quatro salas de tratamento, uma sala de saúde oral, uma sala de isolamento e um gabinete de colheitas. O programa funcional garantia duas unidades, ambas de onze mil e quatrocentos utentes, significava que aquela unidade de saúde familiar iria dar resposta a vinte e dois mil e oitocentos utentes, mais do que a população existente naquele momento em Azeitão. Ainda iria somar uma URAT – Unidade de Recursos Assistenciais, que envolvia as especialidades de terapia da fala, nutrição, fisioterapia, medicina dentária, higiene oral, serviço social e psicologia. Matérias que seriam inovações naquele território. A construção daquele centro de saúde que estaria, em princípio, concluído no final de 2022 iria criar condições para que o Serviço Nacional de Saúde, com os recursos humanos e respetivos equipamentos, pudessem ter requisitos absolutamente únicos para melhorar os cuidados de saúde em Azeitão nos próximos tempos.

As restantes unidades de saúde estavam com os processos em desenvolvimento.

Para a Unidade de Saúde da Bela Vista previa-se um financiamento de cerca de três milhões de euros e seria uma unidade que tinha o projeto em desenvolvimento, tendo como objetivo o lançamento da empreitada até final de 2022, para que fosse concluída a obra em 2024.

Também estaria em processo de tratamento a Unidade de Saúde Familiar de Setúbal no espaço de Maria Lamas, assegurando-se o investimento previsto pela ARSLVT, no quadro do PRR, em cerca de sete milhões de euros. Aquele centro de saúde seria a unidade central dos centros de saúde ACES Arrábida, sendo um centro de saúde “*mais pesado*” e mais complexo. Receberam, naquela semana, o estudo prévio e iriam iniciar o desenvolvimento do projeto de execução.

Pretendia deixar aquela nota, uma vez que se tratava de uma matéria em que a câmara teria que ter uma informação regular e sistemática, tendo em conta a importância que tinha para os munícipes.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Lembrou o senhor Presidente que no mês de abril o Partido Socialista tinha apresentado em reunião de câmara, uma recomendação que tinha sido aprovada pelos três partidos presentes, relacionada com as marchas populares. Além dos vários pontos existentes na recomendação, um deles propunha que se criasse um grupo de trabalho a partir dos partidos com assento naquela casa, para debater o regulamento interno das marchas populares, bem como outras matérias relacionadas com o mesmo. Naquela recomendação estava mencionado que deveriam começar a trabalhar a partir do mês de maio. Compreendia que o mês de maio já estaria a menos de dois meses das marchas populares, pelo que teriam percebido o porquê da não criação do grupo de trabalho, por essa razão questionou o senhor Presidente, para quando a criação da referida comissão, porque quanto mais depressa comesçassem a trabalhar, mais depressa retirariam conclusões e mais depressa poderiam apresentar o seu trabalho ao movimento associativo.

Em nome da bancada do Partido Socialista congratulava-se com todas as marchas que participaram no certame daquele ano. Felicitou a quem tinha ganho o grande prémio e quem tinha ganho os restantes prémios. Referiu que quem participava ganhava sempre.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que pretendia agradecer a intervenção do vereador Carlos Rabaçal, porque era importante que lhes fossem dando conta daquele tipo de investimento e de soluções que iriam encontrar em área tão importante, o Serviço Nacional de Saúde.

Enquanto vereador, na segunda-feira passada tinha tido ocasião de acompanhar os senhores deputados do Partido Socialista numa visita às obras do Centro de Saúde de Azeitão e assistir a uma reunião com o ACES Arrábida, confirmando no essencial a informação que tinha sido partilhada e que os deixavam confiantes que o Centro de Saúde de Azeitão iria funcionar em pleno e que haveria caminho para fazer a construção dos outros centros de saúde.

Tinham sido boas notícias, embora soubessem que haveria sempre naquele tipo de obras alguns desvios, razão pela qual teriam que estar atentos, mas também confiantes, confirmando as palavras do senhor Vereador Carlos Rabaçal.

Sr. Vereador Paulo Calado – De acordo com a informação que lhe tinha chegado relativamente ao equipamento da Pista de Atletismo de Setúbal, ainda não tinha tido oportunidade de verificar, mas parecia-lhe que os balneários não estavam devidamente identificados para o sexo masculino ou feminino. Tinha havido um problema na semana passada, porque no balneário feminino realizavam-se reuniões técnicas do futebol feminino, mas por elementos masculinos. Deixava aquela nota para que o senhor vereador responsável pudesse tomar conta do assunto.

Disse que tinha levantado uma questão na reunião de 5 de janeiro, que o senhor Presidente tinha ficado de dar resposta, mas que ainda não lhe tinha chegado, a qual estava relacionada com o Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Setúbal, tendo sido aprovado em março de 2010 e tal como tinha referido na reunião de janeiro, apenas tinha sido aprovado um relatório em 16 de novembro de 2011. O Conselho de Prevenção da Corrupção tinha como boa prática defender que devia existir um relatório anual. Aquela questão mantinha-se e ficava a aguardar que o senhor Presidente desse uma resposta.

Disse que pretendia levantar algumas questões relacionadas com mobilidade no concelho, sendo que uma delas estava relacionada com a concessão dos autocarros. O senhor Presidente tinha-lhes dito na reunião anterior, que seria fundamental manter os horários para as praias de Setúbal, atendendo à época em que estavam. Informou o senhor Presidente que não tinham corrido da melhor forma, uma vez que continuava a haver muitos problemas, não só ao nível dos horários como da disponibilidade dos autocarros, tanto para o acesso às praias como para voltar a Setúbal. Para terem um bom serviço os próprios funcionários da concessionária tinham de saber quais eram os horários e parecia que nem os funcionários sabiam.

Gostaria que o senhor Presidente pudesse dar um ponto de situação sobre como estava a decorrer aquela concessão lançada pela autoridade Metropolitana, que tinha tido grande comemoração no concelho.

Nos termos do Regulamento Municipal de Estacionamento Público, questionou o senhor Presidente para quando a demarcação das zonas de estacionamento de duração limitada, e também as bolsas exclusivas de residentes, uma vez que já tinham uma área mais alargada de zona tarifada. O PSD sempre considerara excessiva a área abarcada, apesar de ainda não ter concluído na sua totalidade, já começava a haver efeitos das zonas tarifadas que era preciso delimitar entre as zonas de duração limitada e aquelas que eram exclusivas para residentes.

Disse que tinha havido um conjunto de intervenções no concelho, nomeadamente na Rua Camilo Castelo Branco, Rua dos Arcos, etc., onde tinha sido alterada a sinalética, mas não

tiveram conhecimento de ter havido a aprovação daquela mesma sinalética, que tinha de ser aprovada em reunião de câmara. Era importante saberem por que razão isso ainda não tinha acontecido, a não ser que tivesse sido aprovado por antecipação no mandato anterior.

Sr. Presidente – Disse que iria procurar responder às muitas questões que tinham sido colocadas, naquilo que tinha informação suficiente para dar resposta aos vereadores.

Relativamente à nomeação do Encarregado de Proteção de Dados, informou a senhora Vereadora Sónia Martins que já tinha quase vinte anos de Câmara Municipal, para além de outras responsabilidades que tinha assumindo ao longo do tempo e nunca tinha visto uma coisa tão complicada como aquela, de poder encontrar alguém de acordo com o regulamento existente. Aproveitou para agradecer publicamente as sugestões que lhes tinham sido dadas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, pelas respostas às questões que lhes tinham sido formuladas. O problema passava pela sua resolução na prática, o que era mais complicado. Não se ia alongar muito sobre aquilo, mas como todos sabiam, a esmagadora maioria das câmaras municipais e não só, ainda não tinham atingido o objetivo da nomeação de um Encarregado da Proteção de Dados. O que dava a ideia da dificuldade em cumprir aquela legislação, tal como tinha sido produzida. No que se referia à Câmara de Setúbal, tinha sido contratada uma empresa para fazer um levantamento do funcionamento dos serviços, já tinham feito reuniões com vários dirigentes dos serviços, para saberem a forma como funcionava e circulava a informação dos serviços e, no final, a referida empresa elaboraria um regulamento municipal da proteção de dados. Relativamente à nomeação do encarregado, numa câmara como a de Setúbal que tinha mais de mil e quinhentos trabalhadores, não era fácil identificar uma pessoa que tivesse as características para assumir aquela responsabilidade, sem que fosse levantado o problema de haver incompatibilidade no cargo ou nas funções que executava para o desempenho daquelas funções. Após as reuniões que tiveram, concluíram que era importante que fosse alguém que já estivesse na Câmara Municipal, alguém que conhecesse os serviços minimamente, para melhores resultados. Tinha sido aquele o esforço que desenvolveram, no entanto, ainda não tinham conseguido estabilizar a situação da pessoa em causa, mas esperava que durante a próxima semana houvesse as condições para nomear, finalmente, o Encarregado da Proteção de Dados, sem que houvesse problemas que complicassem na relação de interesses, relativamente às funções que desempenhava e ao papel que tinha de desempenhar. Esperava que na próxima semana pudesse assinar o despacho, para que depois pudesse ser apreciado numa próxima reunião de câmara, para que fosse feita a nomeação em definitivo.

No que se referia às questões da REFOOD e das outras organizações, associações e coletividades, tinham estado a fazer o levantamento das instalações que tinham condições para albergar as respetivas organizações, apesar de existirem algumas instalações que ainda estavam com o registo de que estavam entregues a algumas organizações, outras que deixaram de ter atividade, razão pela qual tinha havido necessidade de fazer a respetiva atualização. Tinha havido algumas reuniões com algumas das organizações e tinham-lhes sido apresentadas propostas no sentido de saber se coadunavam com as atividades que desenvolviam. No caso da REFOOD, na próxima semana haveria uma deslocação às instalações com a direção, para que pudessem verificar as condições da mesma. Eram processos que levavam muito tempo para que se identificassem todas as instalações, para que se verificasse as suas condições, saber se não haveria compromissos estabelecidos para a respetiva utilização e verificar com os próprios interessados se as propostas seriam as mais adequadas. Nos próximos três meses todos ficariam com possibilidades de ter acesso a instalações, pelo menos com as instituições que estavam identificadas e com a quais mantinham conversações.

Disse que tinha tomado a devida nota relativamente à questão que a senhora vereadora tinha colocado pelo facto do seu gabinete não ter respondido aos e-mails. Agradecia essa informação e iria verificar.

Informou a senhora Vereadora que, na altura, o site da Câmara estava em reestruturação. O site continuava sempre numa atualização permanente, até porque havia que introduzir novas

tecnologias em alguns casos. Não sabia dizer naquele momento qual era a situação exata, mas ia fazer chegar essa informação, logo que possível, durante a próxima semana.

Quanto à próxima reunião do Conselho Municipal de Juventude, desconhecia naquele momento se estava marcada alguma reunião. Mas oportunamente far-lhe-ia chegar essa informação.

Sobre a questão do Jardim da Beira-Mar, finalmente tinha chegado uma proposta de protocolo. A proposta de protocolo era no sentido de poderem ver com a Administração Portuária as condições que a Câmara Municipal podia assumir, tanto naquele caso como noutros casos. Percebia que eram situações que mereciam ponderação, tendo em conta a responsabilidade e o interesse público que cada uma das entidades tinha naqueles processos. Eram situações que levavam algum tempo, porque envolviam pareceres jurídicos. Era uma boa notícia dizer que a proposta tinha chegado, seria analisada e oportunamente no mais rápido possível, assumiriam essa responsabilidade.

Quanto à questão dos computadores tinha sido a primeira informação que tinha de um vereador quanto às suas dificuldades por não ter um computador em condições, para poder trabalhar. Quanto à falta de Internet, muitas das vezes os serviços, por razões que não dependiam só do setor de informática, também tinham problemas de funcionamento. Desconhecia se nas instalações onde estava a senhora Vereadora se havia algum problema, no entanto, ia mandar verificar se o computador era, ou não, o mais adequado, se assim fosse, teriam de verificar as condições para o substituir. Não tinha essa informação de mais nenhum dos outros vereadores sobre aquele problema, no entanto ficaria o compromisso de verificar a questão da Internet, ou se seria um problema de localização do gabinete face à rede da internet ou se tinha sido um problema que podia ter afetado vários serviços em simultâneo.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Questionou o senhor Presidente sobre qual seria a previsão para a conclusão do regulamento municipal de proteção de dados, se o mesmo seria concluído a curto ou médio prazo.

No que se referia à REFOOD, ia haver uma reunião na segunda-feira, tinha sido tudo aquilo que lhe puderam adiantar.

Relativamente à questão da acessibilidade digital, o selo que aprovaram em reunião de câmara, era uma candidatura que se fazia junto do INR, tendo a mesma que ser preparada com alguma antecedência, razão pela qual tinha apresentado a questão, até porque existia uma relação estreita com o INR e nesse sentido era de aproveitar.

No que se referia ao Jardim da Beira-Mar tinha sido uma boa notícia, o facto de ter existido um esboço de protocolo, no entanto, podia fazer um esforço para remover o lixo que se encontrava naquela zona e que seria benéfico para todos.

Relativamente ao desconhecimento do senhor Presidente sobre a questão dos computadores e dos gabinetes, informou o senhor Presidente que o esclarecimento do seu gabinete estava a ser muito filtrada, porque já tinha falado várias vezes daquelas questões, já tinha partilhado várias vezes, inclusivamente tinha enviado vários e-mails. Não era uma situação nova e considerou que não estavam a aprender com os erros. Não se tratava de uma questão nova, apenas era uma questão nova em reunião de câmara, porque sempre considerou que não era ali que ela devia ser exposta, mas uma vez que não tinha resposta tinha de apresentar em reunião de câmara. Sugeriu ao senhor Presidente que verificasse a forma como estava a ser filtrada a informação que lhe chegava, uma vez que era recorrente naquele local haver falhas de Internet. Aquela questão já tinha sido reportada várias vezes assim como a questão do computador. Lembrou que tinha havido um comprometimento inicial em novembro de 2021 e depois terá passado para janeiro de 2022, a entrega de um computador a cada um dos vereadores da oposição. Mais uma vez referia que aquela situação não era nova, a não ser em reunião de câmara.

Informou o senhor Presidente que tinha faltado a informação sobre o “Balcão do SNS 24”, pelo que gostaria de saber se tinha alguma informação que pudesse adiantar sobre aquele assunto.

Sr. Presidente – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins, relativamente ao “Balcão SNS 24”, que o senhor Presidente da Junta de Freguesia tinha ido visitar uma freguesia do concelho do Seixal, que tinha um sistema daqueles a funcionar, porque havia necessidade em saber exatamente o que aquilo significava em termos de pessoal, em termos de funcionamento e de investimento. De acordo com a informação do senhor Presidente da Junta de Freguesia, o mesmo tinha ficado bem impressionado sobre aquele serviço. Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que podia ter a certeza de que iriam continuar com aquele processo.

No que se referia à questão do computador e da Internet disse que ia pedir aos serviços que verificassem a situação.

Sr. Vereador Pedro Pina – A fim de complementar a informação que o senhor Presidente tinha dado a propósito da questão do Conselho Municipal de Juventude, referiu que o processo de consulta pública não estava concluído, tinha havido uma falha no processo de consulta, o enunciado da publicação não tinha sido acompanhado com o próprio regulamento, e tinha sido posteriormente republicado. De acordo com aquilo que era a obrigatoriedade do procedimento, o mesmo estava em consulta pública e tinha de ir a reunião de câmara e posteriormente à aprovação da Assembleia Municipal. Era importante dar aquela nota para que ficasse devidamente clarificado.

Acrescentou à matéria do Balcão SNS 24, a propósito de articulação com a Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, a Câmara Municipal já tinha feito contactos com a ARSLVT, no sentido de perceber a implementação do mesmo, tal como tinha sido sugerido em reunião de câmara.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha dado uma informação sobre aquilo que tinha sido no fundamental o empenhamento da Câmara Municipal, no sentido de criar as condições para que a população do concelho de Setúbal tivesse acesso a serviços de saúde com dignidade, o que infelizmente não estava a acontecer. Como era do conhecimento de todos não cabia às câmaras municipais resolver os problemas da saúde, era uma competência dos Governos. No concelho de Setúbal, a situação degradou-se a um ponto que, para além de se ter degradado nos centros de saúde, degradou-se também no hospital por razões várias, mas também porque as pessoas deixaram de ir aos centros de saúde e passaram a ir às urgências do hospital, o que tinha agravado ainda mais aquela situação. Apesar de não ser uma competência sua, a Câmara Municipal de Setúbal aceitou fazer aquela parceria com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, iniciando aquela obra na freguesia de Azeitão. A ARS conseguiria encontrar uma solução financeira, mas não tinha condições para desenvolver o processo da obra, nem a solução financeira que encontrava era suficiente para garantir um bom funcionamento do centro de saúde, no entanto, a Câmara Municipal assumira todas aquelas responsabilidades.

Quando as Câmaras Municipais precisavam de um terreno, de uma instalação que era do Estado, faziam uma avaliação ao terreno ou à instalação e tinham de pagar pelo valor da avaliação. Quando se tratava do Governo, a primeira coisa que fazia era chegar junto da Câmara Municipal para saber se encontravam terreno para a instalação de uma escola, de um centro de saúde ou qualquer equipamento que fosse da responsabilidade do Estado. Qualquer Câmara Municipal pretendia dar as melhores condições às populações, fosse em que domínio fosse, por essa razão a Câmara Municipal cedia de imediato os terrenos ao Estado. Estavam a falar de milhões de euros, porque cada terreno daqueles, com determinada área estavam localizados normalmente nos centros urbanos. Era preciso que as pessoas percebessem do que estavam a falar e da forma como o Poder Local se relacionava com a Administração Central e vice-versa.

No caso concreto do Centro de Saúde de Azeitão, a Câmara Municipal cedeu o terreno, teve de contratualizar e pagar os projetos da especialidade, porque o dinheiro que a ARS tinha não dava para pagar essa parte e apenas tinham elaborado o projeto de arquitetura. Cabia à Câmara Municipal fazer os arranjos exteriores, significava que estavam a falar de muito mais

do que umas dezenas de milhares de euros, para além de assumirem a responsabilidade como dona da obra e para ser dona de uma obra daquelas era necessário ter um conjunto de técnicos e dirigentes da Câmara Municipal e um conjunto de outros trabalhadores por onde seriam tratados todos os processos burocráticos para que a obra pudesse decorrer com toda a normalidade. Significava que tudo junto levaria a centenas de milhares de euros que aquele centro de saúde iria custar à Câmara Municipal de Setúbal. A boa notícia, tal como os senhores vereadores tinham tido oportunidade de verificar, a obra estava em bom ritmo, os prazos estavam a ser cumpridos e esperavam que brevemente viesse a ter um centro de saúde novo, com todas as condições. Esperava que o centro de saúde viesse a ter os profissionais de saúde necessários, para corresponder àquilo que eram as expectativas das populações e das necessidades das populações, para que não tivessem de continuar a ir às urgências do hospital.

Referiu que o centro de saúde no Bairro da Conceição - que como era do conhecimento de todos era um bairro onde existia população muito envelhecida - funcionava num 3.º andar, sem elevador. Aqueles que mais precisavam no dia a dia de recorrer ao centro de saúde, sempre que necessitavam de apoio médico, deslocavam-se às urgências do hospital dado que os acessos eram mais fáceis. Em relação àquele centro de saúde, dentro das conversas que tinham tido com a ARS, ficara o compromisso de que a ARS apresentaria candidaturas aos fundos para financiar um novo centro de saúde que passaria a ser o Centro de Saúde da Bela Vista, bem como um outro centro de saúde, prometido há muitos anos, localizado no Bairro do Liceu, em que já se tinha o terreno à espera que houvesse financiamento para que pudesse ser instalado. Para aqueles dois centros de saúde e, em particular para o da Bela Vista, a Câmara Municipal desenvolvera os projetos, que estavam a ser acompanhados pelos técnicos da ARS e a partir do momento que a ARS pudesse garantir o financiamento, a obra poderia avançar. O outro projeto no Bairro do Liceu também estava em desenvolvimento, mas um pouco mais atrasado.

Na realidade, era a Câmara Municipal que geria os terrenos e comprava os projetos para desenvolver aquelas obras. Faziam-no sempre com muito gosto, porque era uma forma de servirem melhor as populações, significava que os orçamentos da Câmara Municipal eram necessariamente afetados por aquela situação. Era bom que todos tivessem a consciência daquela situação, porque parecia que alguns não tinham consciência daquelas situações.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Referiu que tudo aquilo que o senhor Presidente tinha dito, enquanto setubalense e cidadão contribuinte iria ser solidário com o senhor Presidente e com aqueles que pensavam como o senhor Presidente. Sempre que se pretendia adquirir um edifício, algo que pertencesse à Administração Central tinha de se pagar, pelo que não concordava, porque tanto as Autarquias como o Governo eram Estado, por essa razão não compreendia e estava solidário. Enquanto setubalense e cidadão contribuinte, ficava sempre satisfeito quando conseguiam encontrar soluções para servir melhor, naturalmente com sacrifício. A questão do financiamento das Autarquias era uma questão que já se falava há muitos anos, à qual se regozijavam enquanto autarcas, com aquele e outros Governos. Disse estar satisfeito enquanto cidadão setubalense, enquanto autarca, quando encontravam soluções e quando conseguiam aquele tipo de diálogo entre o Poder Local e o Poder Central. De futuro seria importante conseguirem aquele tipo de entendimento, de adquirir algo que pertencesse à Administração Central, não fazendo qualquer tipo de pagamento, tal como tinha acontecido recentemente com o edifício que pertencia ao Clube Militar dos Oficiais. Não lhe parecia justo que as autarquias tivessem de pagar à Administração Central aquilo que tornava melhor a cidade e o concelho. Disse que iriam acompanhar o senhor Presidente e como tal ficaria ali o compromisso de fazer sentir a quem de direito, que não era justo e que no futuro algo deveria mudar. Estavam satisfeitos porque havia entendimento e havia obra e perspetivava-se mais obra que serviria melhor a população.

Sr. Presidente – Disse que agradecia a manifestação de solidariedade do senhor Vereador, e não tinha dúvida que uma boa parte dos senhores vereadores, independentemente da força

política que representassem, estavam solidários com aquele tipo de entendimento e de procedimento, uma vez serviam as pessoas e sempre que podiam fazer alguma coisa para servir as pessoas que residiam no território, naturalmente que ficavam muito satisfeitos. Havia uma parte que não poderiam descurar, porque o equilíbrio financeiro dos orçamentos dos municípios tinha de ser garantido e quando não eram garantidas as coisas não corriam bem e era naquele sentido que chamava a atenção. Como o senhor Vereador bem sabia não era só na área da saúde, havia outras áreas. Limitava-se àquela nota, pondo os “pontos nos is”, para que todos ficassem com a informação sobre aquela matéria, como as coisas estavam a funcionar, sendo que colaborar era uma coisa ir para além da colaboração começava a ser algo diferente, era preciso que todos soubessem do que estariam a tratar. Mas tal como o senhor Vereador sabia, existiam outras áreas onde esperavam que também se fizesse caminho. As câmaras municipais continuavam disponíveis para receber as transferências do Estado Central, no entanto, receber as transferências não era receber um conjunto de tarefas. As transferências tinham subjacente no seu conceito que as responsabilidades seriam acompanhadas de capacidade financeira, para que quem as fosse assumir pudesse corresponder àquilo que seriam as expectativas das populações.

Informou o senhor Vereador Nuno Cruz que, a proposta de revisão do regulamento das marchas, poderia vir a acontecer a breve prazo. Não havia problema quando se faziam propostas de alteração do Regulamento das Marchas Populares, fazendo a sua avaliação e respetiva revisão. Pela informação que tinha e por aquilo que tinha tido a oportunidade de observar, as marchas populares tinham sido mais um bom exemplo de empenhamento, de dinâmica, capacidade e dedicação dos nossos cidadãos em trazer a cultura popular para a rua, que mobilizou milhares de pessoas e todos estavam de parabéns. No que se referia à classificação não se pronunciaria, porque existia um júri que sabia o que estava em apreciação. Todos se empenharam e deram o melhor que puderam e como tal tinha feito uma avaliação positiva, naturalmente que ninguém gostava de perder, ninguém gostava de ficar em 2.º lugar, todos gostavam de ficar em 1.º lugar, mas no fundamental havia sempre um que ficava sempre em 1.º lugar. Os cidadãos de Setúbal e também vereadores da Câmara Municipal deviam manifestar publicamente o reconhecimento a todos aqueles marchantes e todos os outros que estiveram associados, que com o seu saber e o seu empenhamento ajudaram nas músicas, nas letras, etc., em que todos contribuíram para aquele espetáculo gratificante que tiveram a oportunidade de assistir.

Informou o senhor Vereador Paulo Calado que desconhecia o assunto sobre a pista de atletismo, mas tinha ficado o registo. No que se referia ao plano de gestão de riscos, aqueles processos não sabiam exatamente o ponto de situação e numa próxima reunião de câmara traria essa informação, mas de acordo com a informação que tinha, aqueles processos estavam encaminhados. No que se referia às zonas de estacionamento a senhora Vereadora Rita Carvalho podia dar a informação.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Informou o senhor Vereador Paulo Calado relativamente ao serviço de transporte público de passageiros, que não se tratava de uma concessão, mas um concurso internacional, feito por uma empresa pública, da qual faziam parte todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

No que se referia ao serviço de apoio às praias, do ponto de vista da comunicação, tinha sido feito um esforço adicional não só do município como da Transportes Metropolitana de Lisboa de comunicar aquilo que era o serviço de apoio às praias, para além da informação online que estava disponível na página da TML com a colocação dos horários dos autocarros, dos percursos. Tinha sido feito um comunicado específico para divulgar na comunicação social sobre o apoio às praias e a própria página do município tinha um separador com toda a informação relativamente às carreiras, aos horários, às tarifas, às condições de utilização e às condições de carregamento dos passes ou das tarifas de pré-comprado. Tinha sido feito um esforço de dissipar aquela informação, tal como tinha sido feito um esforço para dissipar a informação sobre o novo serviço e os novos horários, admitindo que não era fácil chegar a todos os utilizadores ou a todos os potenciais utilizadores. Relativamente ao funcionamento

do serviço da equipa que estava em permanência nas praias do operador e da Transportes Metropolitana de Lisboa, o mesmo tinha corrido bem, tinha sido garantido o desdobramento, sempre que era necessário, apesar de não ter sido necessário, porque o estado do tempo ao final da semana não tinha estado nas melhores condições para a praia, pelo que não se justificava o desdobramento. De acordo com a informação obtida, o serviço tinha corrido bem, com necessários eventuais acertos que iriam sempre ocorrer, pelo que naquele caso a apreciação que tinham era positiva.

Relativamente às pinturas das bolsas de residentes das zonas de estacionamento condicionado estavam em preparação nos serviços e certamente estariam concluídas no fim da próxima semana.

Relativamente à questão colocada sobre a Rua Camilo Castelo Branco, tratava-se de uma deliberação que tinha sido tomada em 2020, a deliberação n.º 373/2020, que pressupunha já a alteração de trânsito nas condições da intervenção que tinha sido realizada pela empreitada municipal.

Sr. Presidente – Disse que a responsabilidade da Câmara Municipal naquele processo dos transportes tinha sido de identificar os circuitos e de pagar o custo que tinha sido estabelecido. A Câmara Municipal não podia deixar de assumir responsabilidades na forma como tudo aquilo funcionava, no entanto, existia uma empresa metropolitana, que tinha sido constituída pelos municípios e foi quem tinha lançado os concursos e quem teria que ter uma relação estreita com os operadores que ganharam os concursos, a quem deveria ser pedida responsabilidade por não ter sido cumprido, quando não tinha sido cumprido aquilo que constava nos cadernos de encargos. A Câmara Municipal não se demitia das responsabilidades e isso nunca iria acontecer. De acordo com algumas reuniões em que tinha participado e em que participaram os operadores, em que estaria previsto o dia 1 de junho a iniciar aquela operação, no lote 4 que envolvia os municípios que incluía Setúbal e que seria o primeiro grupo, foi-lhes dito pelos operadores que as empresas a quem tinham encomendado os equipamentos, sobretudo que estaria relacionado com a informação, com a digitalização, que os mesmos não chegariam a tempo do que tinha sido estabelecido, sendo que a empresa tinha tido muita dificuldade em implementar aquilo que era o compromisso que tinha com a Empresa dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, sem com isto pretender tirar a responsabilidade à empresa. Porque a TML saberia como iria fazer cumprir o que constava no caderno de encargos, seria uma responsabilidade da parte da TML.

Tratava-se de uma operação complexa, uma operação que exigia para se instalar no terreno num esforço muito grande, inclusive com trabalhadores e quando lhes faltava todas aquelas tecnologias que haviam de ajudar a instalar a operação, as mesmas falharam. Ainda passado um mês, que era para se iniciar no dia 1 de junho, ainda no passado fim de semana, verificaram que os trabalhadores da empresa estavam a colocar nos painéis de informação instalados previamente a informação relativamente aos horários, em cada uma dessas paragens. Isso dava para perceber a complexidade daquele processo e as dificuldades quando um sistema de informação não estava a funcionar como o previsto. Quando se chegava a uma paragem dever-se-ia saber qual o tempo que demoraria o respetivo autocarro, tratava-se de uma informação fundamental, que era uma inovação que era extremamente importante para quem usava o transporte público. Não estando disponível aquela operação, o operador teve de encontrar as formas tecnológicas e até manuais, para ultrapassar muitas daquelas dificuldades. Ao longo do último mês as coisas foram mais ou menos estabilizando, a situação não estava a correr em pleno, como seria desejável e como teria de acontecer, mas havia já alguma confiança da parte de quem utilizava mais o transporte público, daquele serviço.

Apesar de todas aquelas dificuldades tinham de acreditar naquele serviço, porque ele tinha custos muito elevados, sendo os municípios que pagavam uma boa parte daqueles custos. O serviço de autocarros e toda a informação que ia ser disponibilizada quando o sistema estivesse a funcionar por completo, seria uma diferença “do dia para a noite” e quando isso viesse a acontecer, as pessoas progressivamente iriam assumir que tudo aquilo que estava

em causa era um serviço que não tinha nada a ver com o serviço que existia anteriormente, e que naquele caso seria para melhor. Era preciso manterem a confiança porque se tratava de um serviço que estava de acordo com as necessidades dos cidadãos.

Pretendia deixar uma palavra de confiança para que todos continuassem a acreditar que quando aquele sistema estivesse a funcionar em pleno, que os munícipes poderiam deixar de utilizar tanto carro particular e passar a utilizar o transporte público como uma muito boa alternativa ao uso do transporte individual, o que seria bom para todos e até para a carteira. Adquirir um Passe Navegante por trinta euros a funcionar em todo o concelho, quando os mesmos trinta euros numa viatura particular dariam apenas para uns quinze litros de gasolina certamente não poderiam dar muitas voltas ao longo do concelho, para além de que teriam menos carros a pressionar o espaço público e teriam um ambiente mais amigável ao cidadão, melhorando as condições de todos aqueles fatores que tinha referido. Tinha sido por uma boa causa que tinham aderido àquele modelo e àquela proposta, que apesar de não ter funcionado desde o início como seria o desejável, no entanto, tinham a certeza de que dentro de pouco tempo teriam um serviço de grande qualidade, um transporte público acessível e de alternativa às necessidades da população.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que agradecia à senhora Vereadora a informação sobre a sinalética, que tal como tinha referido tinha sido aprovada no mandato anterior e muito bem. No que se referia à questão da mobilidade, o contrato de prestação de serviço ou a concessão dos transportes públicos, as coisas não estavam a correr bem, o serviço não era igual ao anterior e considerou-o bem pior, pois tinha sido informado que continuavam a ter muitas críticas, sendo que as pessoas esperavam horas pelos autocarros.

No que se referia às culpas, era sempre um problema que as pessoas tinham, era quase uma questão psicológica. Disse que não estava a imputar culpas, apenas estava a constatar factos.

O mesmo se passava com a Pista de Atletismo, não tinha percebido a reação do senhor Vereador da forma como tinha mencionado a situação na Pista de Atletismo. Tratava-se de uma situação objetiva que tinha relatado tal como já tinha relatado outras no passado, as quais chegaram a ter consequências muito aborrecidas, nomeadamente a questão dos refugiados.

Disse que era utilizador de transportes públicos e sabia como as coisas funcionavam. Felizmente utilizava muitos transportes públicos para sair de Setúbal, os quais mais ou menos mantinham os horários, na verdade, admirava a compreensão do senhor Presidente para aquela situação e a esperança de que melhorasse, no entanto, noutras situações passadas, a CDU e outras forças políticas não tiveram tanta consideração pelos serviços públicos atribuídos a empresas privadas, conforme se podia constatar naquela conversa.

Ficava a sua nota e a nota do senhor Presidente daquilo que se estava a passar e faziam os dois votos que melhorasse. Na realidade, pretendiam que as pessoas fossem bem servidas, sem complexos ideológicos, tal como verificara que da parte do senhor Presidente não existia, apesar de uma empresa privada que tinha sido contratada e não conseguia responder ao serviço, significava que o serviço não era igual ao anterior.

Sr. Presidente – Informou o senhor vereador Paulo Calado, que as posições do executivo CDU, sobre aquela matéria era bem diferente. Estava a falar de uma convicção que tinha, que aquele serviço iria corresponder àquilo que seriam as necessidades dos cidadãos. A avaliação que tinha, da informação que lhe chegava, progressivamente as coisas estariam a funcionar. Tal como tinha referido, ainda não tinham sido entregues os “chips´s” que ficaram de ser entregues, daquilo que lhes tinham dito e dos contratos estabelecidos com as empresas fornecedoras, ficaram por ser entregues em abril, mas até àquela data ainda não tinham sido totalmente entregues. Não seria por acaso que o lote 3, tendo em conta uma avaliação que tiveram oportunidade de fazer, baseando-se na experiência que acontecera em Setúbal e nos outros municípios que faziam parte do lote 4, decidiram fazer as coisas de uma

forma mais progressiva, mais ponderada, sabendo que as empresas não estariam em condições para a sua execução.

Disse que estava previsto que, no dia 1 de julho, em toda a Área Metropolitana de Lisboa, a Carris Metropolitana estivesse a funcionar. Os municípios da área Norte de Lisboa já tinham constatado que aquela operação só podia começar no início de 2023, quando na realidade estava previsto que todos iniciariam no dia 1 de julho de 2022, com exceção do caso de Setúbal que antecipara um mês. Era necessário ter uma avaliação global das coisas e da interação que elas tinham umas com as outras. A questão da pandemia era vista sempre com várias componentes, mas existiam outras componentes que não seriam tanto na avaliação do dia-a-dia, no entanto, tivera impactos que tinha consequências pela capacidade de as empresas darem resposta aos compromissos assumidos. As empresas tinham sido afetadas na sua laboração ao longo dos dois anos, umas mais, outras menos, umas mais em 2020 outras mais em 2021. As empresas que tinham “stocks” para poder corresponder às encomendas, naquele momento já não conseguiam ter. A seguir à pandemia tinha surgido a guerra, que estava a afetar toda a Europa, o que tinha agravado ainda mais a situação daquelas empresas, razão pela qual tinham de avaliar aquelas situações.

Não podiam ficar indiferentes quando as pessoas iam apanhar um autocarro para trabalhar em Lisboa ou outros compromissos e acabavam por não ter autocarro e nos dias seguintes acontecia-lhes a mesma coisa. O que estava em causa era a vida das pessoas e como tal não podiam ser alheios a situações daquelas. Tinha a certeza que aquela situação já não existia, mas chegou a existir e tudo o que tinha a ver com a vida das pessoas não podiam ficar alheios. Caberia à Empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa que lançou aqueles concursos públicos e que tinha a responsabilidade da gestão dos contratos, de aplicar os mecanismos que entendesse a quem não cumprisse o que estava estabelecido nos contratos. A Câmara Municipal de Setúbal e todos os outros municípios continuavam a pagar aquilo que tinha sido o compromisso estabelecido. Sobre aquelas coisas tinham que ser compreensivos “q.b.”, num processo que era muito mais alargado, com consequências muito mais vastas. Admitia que o operador do lote 4, tivesse feito os seus contratos com os fornecedores, nos prazos e nos tempos que considerara adequado. Quem tinha estabelecido os contratos não cumprira e quem tinha de fornecer os equipamentos não cumprira, por essa razão tinham de ser compreensivos, no entanto, tinham de continuar a ser exigentes nos compromissos que assumiram com terceiros. A Câmara de Setúbal compreendendo a complexidade de todo aquele processo, não deixava de assumir as responsabilidades pelo facto de as coisas não terem funcionado como seria desejável, de acordo com os compromissos que tinham sido assumidos.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tinha sido infeliz o comentário do senhor Vereador Paulo Calado. Desconhecia se o mesmo já tinha tido a oportunidade de visitar a Pista de Atletismo, no entanto, fazia o convite para fazerem uma visita conjunta, para que ficasse identificado com as questões de sinalização da pista, que era um equipamento que respondia de uma forma muito ampla a circunstâncias muito diversificadas. Aquele episódio tinha sido registado, pelo que iriam averiguar o que se tinha passado. Certamente não tinha sido um qualquer lapso.

As comparações que o senhor Vereador tinha feito em nada correspondiam, era importante conhecerem os equipamentos, perceberem as suas dinâmicas, para depois poderem fazer algumas afirmações.

Disse que tinha todo o gosto em acompanhar o senhor Vereador Paulo Calado na visita, para conhecer o equipamento e a dinâmica, nomeadamente da escola de futebol feminina, ao atletismo do Vitória e de muitas atividades que ali se desenvolviam.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que aceitava o repto para a visita. Obviamente que conhecia o equipamento. Ficaria combinado que as pessoas que lhes fizeram chegar aqueles reparos e o que ali se passava, também iriam estar presentes.

O seu reparo tinha a ver com a reação do senhor Vereador, mas isso já não interessava, porque o senhor Vereador certamente saberia àquilo a que se reportara.

Sra. vereadora Ana Vitorino – Disse que a questão que tinha para colocar, relacionava-se com a questão colocada pela Vereadora Sónia, relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, nomeadamente sobre o prazo para consulta pública. No entanto, tinham sido esclarecidos pelo Vereador Pedro Pina e pela informação que lhes tinha sido prestada. Agradeceu aquela informação, sendo que aquele era um processo que ainda não estava concluído e ainda tinham um caminho a percorrer. Tratava-se de um processo muito importante para os jovens do concelho, muito importante para o concelho e para o município, para o seu desenvolvimento e para a aproximação do Poder Local e da política aos cidadãos, nomeadamente dos mais jovens.

O Sr. Vereador Vitor Ferreira apresentou as seguintes saudações, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 29.

“Aniversário da Associação Movimentando a Arte da Capoeira

A Associação Movimentando a Arte da Capoeira celebrou, no dia 23 de junho, o seu 17º aniversário.

É uma associação sem fins lucrativos, oferece aulas de capoeira a partir dos 3 anos de idade e tem por objetivo divulgar a cultura brasileira e a capoeira enquanto ferramenta de educação e inclusão social.

Reconhecendo a importância das associações e clubes na dinamização de atividades de âmbito desportivo, na promoção do bem-estar da comunidade e no reconhecimento que trazem à cidade de Setúbal, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, felicitam e saúdam a associação pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Aniversário do Grupo 206 – Setúbal da Associação de Escoteiros de Portugal

O Grupo 206 – Setúbal da Associação de Escoteiros de Portugal celebrou, no dia 23 de junho, o seu 21º aniversário.

Faz parte de um movimento de educação não formal, apostando no voluntariado, coeducação, com o objetivo de capacitar as crianças e jovens. Tem por base a tolerância, trabalho de equipa, exigência, e a responsabilização dos jovens enquanto pilares estratégicos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento global.

Os seus objetivos, estratégias e metodologia de educação não formal escotista, são verdadeiras ferramentas de inclusão social, contribuindo para o impacto nos trajetos de vida daqueles que integram o movimento.

Reconhecendo a importância do movimento associativo na promoção do bem-estar da comunidade e desenvolvimento global e integral das crianças e jovens, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, saúdam e felicitam o Grupo 206 pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Aniversário do Clube de Patinagem do Sado

O Clube de patinagem do Sado celebrou, no dia 1 de julho, o seu 18º aniversário. Fundado em 2004, a sua criação surgiu da necessidade encontrada por atletas, pais e treinadora de preservar e promover a prática da patinagem artística no concelho de Setúbal. O convívio e a amizade são valores basilares do clube, adotando o flamingo como símbolo destes e como representação dos seus atletas. Tem como principal objetivo promover e desenvolver a prática da patinagem artística na cidade de Setúbal, cativando várias gerações à prática desportiva, para o desenvolvimento de capacidades físicas, motoras, cognitivas e sociais. Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, reconhecendo a importância dos clubes na dinamização de atividades de âmbito desportivo, na promoção do bem-estar da comunidade e no reconhecimento que trazem à cidade de Setúbal, saúdam e felicitam o clube pelo seu aniversário, bem como a todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Aniversário da Associação de Atletismo Lebres do Sado

A Associação de Atletismo Lebres do Sado celebrou, no dia 30 de junho, o seu 24.º aniversário. É uma associação sem fins-lucrativos que dinamiza atividades de âmbito desportivo no concelho de Setúbal. Tem por objetivos incentivar a prática desportiva, a cultura e as atividades recreativas junto dos seus associados. Oferece atividades nas modalidades de atletismo, pedestrianismo, B.T.T e orientação. Parte importante da sua atividade e dos eventos que dinamiza passam pela utilização do espaço público e natural, dando a conhecer a todos os que queiram participar o que Setúbal tem de melhor para oferecer, as suas excelentes condições naturais para a prática desportiva. Reconhecendo a importância das associações e clubes na dinamização de atividades de âmbito desportivo e recreativo na promoção do bem-estar da comunidade, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, saúdem e felicitam a associação pelo seu aniversário, bem como a direção, órgãos sociais, associados e todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Aniversário da Associação Desportiva e Cultural “Os Africanos”

A Associação Desportiva e Cultural “Os Africanos” celebrou, no dia 22 de junho, o seu 28.º aniversário. A sua criação surgiu da identificação da necessidade de ocupação das crianças e jovens dos bairros onde está inserida na Freguesia de São Sebastião, em especial do bairro da Bela Vista. Tem como principal objetivo a ocupação das crianças e jovens através da prática de modalidades desportivas e atividades culturais, tendo sempre em atenção a diversidade étnica e cultural particular do Bairro da Bela Vista, onde predominam as comunidades africanas, timorense e cigana. Reconhecendo a importância das associações e clubes na dinamização de atividades de âmbito desportivo, na promoção do bem-estar da comunidade, da inclusão e diversidade étnica e cultural, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, saúdem e felicitam a associação pelo seu aniversário, bem como a direção, órgãos sociais, associados e todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Aniversário do Centro Cultural e Desportivo da Aldeia da Piedade

O Centro Cultural e Desportivo da Aldeia da Piedade celebrou, no dia 25 de junho, o seu 30.º aniversário.

Sediada na Antiga Escola da Aldeia da Piedade em Azeitão, é uma associação de natureza cultural e desportiva, com um importante papel no desenvolvimento local, nomeadamente nas áreas social, cultural, desportiva e recreativa.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, reconhecendo a importância das associações na dinamização de atividades de âmbito desportivo, cultural e recreativo, para a promoção do bem-estar da comunidade, saúdam e felicitam a associação pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Aniversário do Grupo Desportivo Fonte Nova

O Grupo Desportivo Fonte Nova celebrou, no dia 1 de julho, o seu 34.º aniversário.

Coletividade dinamizadora de atividades de âmbito cultural e recreativo no concelho de Setúbal e em especial na freguesia em que se insere, é um importante ator no desenvolvimento do concelho e na promoção do bem-estar da comunidade.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, reconhecendo a importância das coletividades na dinamização de atividades de âmbito cultural, recreativo e lúdico, para a promoção do bem-estar e do desenvolvimento, saúdam e felicitam o clube pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Aniversário da Associação de Moradores do Casal das Figueiras

A Associação de Moradores do Casal das Figueiras celebrou, no dia 1 de julho, o seu 47.º aniversário.

As associações de moradores são importantes instrumentos que promovem a cidadania ativa e participativa, nas quais os moradores se tornam, de forma organizada e com objetivos em comum, agentes de transformação dos seus bairros, transmitindo as suas necessidades, reivindicações e problemas, diretamente aos órgãos do poder local.

A Associação de Moradores do Casal das Figueiras é também um importante ator na dinamização cultural e recreativa do concelho de Setúbal e em especial da freguesia e bairro onde se insere, promovendo, através das atividades que organiza, o bem-estar da comunidade.

Reconhecendo a importância do movimento associativo na dinamização de atividades de âmbito cultural e recreativo na promoção do bem-estar da comunidade e em especial do impacto das associações de moradores no desenvolvimento dos bairros onde se inserem, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, saúdam e felicitam a associação pelo seu aniversário, bem como os associados e todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Aniversário do Clube Recreativo da Palhavã

O Clube Recreativo da Palhavã celebrou, no dia 22 de junho, o seu 86.º aniversário. Enquanto coletividade dinamiza atividades de caráter cultural, lúdico e recreativo, constituindo-se como um importante ator dinamizador do concelho, mais concretamente da freguesia onde se insere.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, reconhecendo a importância das coletividades na dinamização de atividades de âmbito cultural, recreativo e lúdico, para a promoção do bem-estar da comunidade, saúdam e felicitam o clube pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Aniversário da União Futebol Comércio e Indústria

O clube União Futebol Comércio e Indústria celebrou, no dia 24 de junho, o seu 105.º aniversário.

É um dos clubes centenários do nosso concelho de Setúbal que, através das suas conquistas e glórias, tem ao longo das décadas, elevado o bom nome da cidade. Têm atualmente equipas de vários escalões na modalidade de futebol e dinamizam pontualmente atividades lúdicas e recreativas.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, reconhecendo a importância dos clubes na dinamização de atividades de âmbito desportivo, na promoção do bem-estar da comunidade e no reconhecimento que trazem à cidade de Setúbal, saúdam e felicitam o clube pelo seu aniversário, bem como a todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua existência e contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Atletas do Vitória Futebol Clube – modalidade ginástica

Os atletas do Vitória Futebol Clube da modalidade de ginástica, estiveram presentes no Coimbra Gym Fest 2022, a competir no Tornei Internacional de Trampolins e a Taça do Mundo de Trampolins.

Ao todo competiram 13 atletas, sendo que, vários foram os lugares no pódio como ainda as presenças em finais. Os ginastas vitorianos já nos habitaram às conquistas e às excelentes performances em competição e voltaram a não desapontar.

Estão de parabéns os atletas, treinadores e juizes que fizeram parte da comitiva sadina em Coimbra.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos m reunião de câmara a 6 de julho de 2022, felicitam e saúdam os atletas, treinadores, juizes e o clube por estas últimas conquistas, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Escola de Futebol Feminino de Setúbal conquistas da Taça Distrital nos escalões de Sub13, Sub15 e Sub17

A Escola de Futebol de Setúbal conquistou a Taça Distrital nos escalões Sub13, Sub15 e Sub17. Estas três conquistas são refletem todo o percurso, esforço e desenvolvimento da associação na formação e promoção do futebol feminino em Setúbal.

A Escola é uma associação sem fins-lucrativos criada por jovens que, tem como principal objetivo promover o futebol feminino. Desde a sua fundação, na época de 2001/2002, que tem vindo a conquistar títulos.

Além da sua atividade em campeonatos oficiais, participa e organiza atividades, torneios e eventos a nível local, nacional e internacional.

Estão de parabéns as atletas, treinadores, equipa técnica e clube.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos m reunião de câmara a 6 de julho de 2022, felicitam e saúdam os atletas, treinadores, e a associação por estas últimas conquistas, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Equipas de Iniciados e Juvenis do União Futebol Comércio e Indústria no PITEA SUMMER GAMES 2022

As equipas de iniciados e juvenis do clube centenário União Futebol Comércio e Indústria participaram, no passado fim-de-semana, no PITEA SUMMER GAMES 2022, o segundo maior torneio de futebol na Suécia, e o quinto maior no mundo.

A equipa de iniciados conquistou a medalha de bronze num torneio com 37 equipas, tendo sido a equipa com mais golos marcados. Por sua vez, a equipa de juvenis alcançou o 4º lugar no torneio com 17 equipas.

Estão de parabéns os atletas, treinadores e equipa técnica que representaram, neste torneio internacional, o seu clube, bem como a cidade de Setúbal.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos m reunião de câmara a 6 de julho de 2022, felicitam e saúdam os atletas, treinadores, equipa técnica e o clube pela sua prestação no torneio, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Os Amarelos - Conquista do Campeonato Nacional de Pesca

O Grupo Desportivo “Os Amarelos” conquistou o Campeonato Nacional de Pesca.

O atleta Bruno Cabrita, sangrou-se Campeão Nacional de Pesca em Barco Fundeado da época 2021 na 4.ª mão da 1.ª divisão desta disciplina. A competição da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva de Alto Mar, decorreu na Nazaré no final do mês de maio.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 6 de julho de 2022, felicitam e saúdam o atleta Bruno Cabrita e o Grupo Desportivo “Os Amarelos” pela conquista que, contribui para o reconhecimento da cidade de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou as seguintes saudações, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 30 a 34.

“Associação de Moradores do Bairro do Casal das Figueiras

Os Vereadores do PSD felicitam a Associação de Moradores do Bairro do Casal das Figueiras pelo seu 47.º aniversário.

Destacamos o trabalho desenvolvido por esta Associação em prol dos moradores do Casal das Figueiras, bem como a dinâmica que consegue impor no próprio Bairro.

Os Vereadores do PSD congratulam todos os Associados e deseja que continuem a desenvolver um excelente trabalho em prol do Bairro do Casal das Figueiras.”



“86.º Aniversário do Grupo Recreativo Palhavã

O Grupo Recreativo Palhavã foi fundado a 22 de junho de 1936 e tem ao longo destas mais de três décadas de existência realizado um trabalho exímio em prol da sua freguesia. O Grupo Recreativo Palhavã tem sido um importante dinamizador do associativismo da nossa cidade, mas em particular da União de Freguesias. Os Vereadores do PSD, reunidos no dia 6 de julho de 2022, vem saudar o Grupo Recreativo Palhavã.”

“34.º Aniversário do Grupo Desportivo Fonte Nova

O Grupo Desportivo Fonte Nova foi fundado a 1 de julho de 1988 e tem ao longo destas mais de três décadas de existência realizado um trabalho exímio em prol da sua freguesia. O Grupo Desportivo Fonte Nova tem sido um importante dinamizador do associativismo da nossa cidade, mas em particular da União de Freguesias. Os Vereadores do PSD, reunidos no dia 6 de julho de 2022, vem saudar o Grupo Desportivo Fonte Nova.”

“105 Anos da União Futebol Comércio e Indústria

A União Futebol Comércio e Indústria é um clube desportivo fundado a 24 de junho de 1917 e do qual nos orgulhamos, enquanto clube centenário da nossa cidade. O clube enveredou desde sempre pelo ecletismo desportivo, tendo mantido ao longo da sua história várias modalidades, tais como o futebol, o ténis, o ciclismo, o atletismo, o basquetebol, o andebol, o futsal, entre outras. Destacar o esforço, dedicação e entrega do clube nestes mais de cem anos de atividade, contribuindo de forma importante para a cultura desportiva e atividade recreativa. Os Vereadores do PSD, reunidos no dia 6 de julho de 2022, vem saudar a União Futebol Comércio e Indústria.”

“Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau

O Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau apresentou-se na edição deste ano das Marchas Populares com o tema “Bairro Santos....Pérola do Rio” e foi o grande vencedor. Os Vereadores do PSD felicitam o Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau e agradecem todo o empenho e dedicação de cada uma das pessoas que contribuíram para que saíssem vencedores. Felicitamos também, o Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”, a União Desportiva e Recreativa das Pontes, o Grupo Desportivo Independente e o Clube Recreativo Palhavã pela participação nas Marchas de Setúbal. Por fim, felicitam também a APPADCM de Setúbal pela participação neste evento tão querido dos setubalenses.”

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 04/2022 - Reunião ordinária de 02 de fevereiro de 2022

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

2. Deliberação n.º 2191/2022 – Proposta n.º 3/2022 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Tróia

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 2192/2022 – Proposta n.º 1582/2022 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.ºs 36 a 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, sendo 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

4. Deliberação n.º 2193/2022 – Proposta n.º 1583/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua de Lisboa, n.º 281, em Brejos de Azeitão

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Sugeriu ao senhor Presidente, à semelhança daquilo que tinham feito nas últimas reuniões, que votassem em conjunto, desde a deliberação n.º 2193/2022 até à deliberação n.º 2356/2022, entre o ponto n.º 4 e o ponto n.º 167 da ordem de trabalhos, pelo que colocou à consideração.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Informou o senhor Presidente que a sua bancada acompanhava a proposta, mas havia algumas questões importantes para esclarecer. Nos pontos n.º 11 e n.º 12 da Ordem de Trabalhos, surgiam duas vezes Rua de Mormugão, 45 - 2 H, posteriormente quando consultavam as propostas no ponto n.º 12, aparecia Rua do Castelo, 59 e 61 e Rua José Carlos da Maia, 95, que depois não voltava a ser possível encontrar na Ordem de Trabalhos.

No ponto n.º 90 da Ordem de trabalhos - não seria relevante e não iria prejudicar a votação -, tratava-se da Rua Camilo Castelo Branco, 190 E, Setúbal, mas quando estavam a analisar as propostas aparecia duas vezes ao ponto n.º 90 e a partir dali até ao ponto n.º 107 havia um desfasamento entre o que estava na Ordem de Trabalhos e o que estava na proposta.

Significava que o ponto n.º 94 e n.º 95, iam encontrar o que estava com o ponto n.º 94 na Ordem de Trabalhos com o n.º 95, nas propostas que lhes fizeram chegar. Faltava a proposta do ponto n.º 107, ficando normalizado a partir do ponto n.º 108. Do ponto n.º 90 ao ponto n.º 107 havia apenas um desfasamento entre o que estava na Ordem de Trabalhos e o que estava nas propostas, mas batia certo, porque as propostas apareciam, no entanto, existia aquele tipo desfasamento numérico.

Disse que havia uma outra questão relacionada com o ponto n.º 155 e n.º 156, mas fizeram-lhe chegar a alteração à Ordem de Trabalhos.

Referiu que o ponto n.º 165, quer na Ordem de Trabalhos quer no assunto, referia que se tratava da Rua Dona Gertrudes Ligeiro n.º 2, 4 e 6, tornejando para a Rua Moinho do Frade, n.º 21 e n.º 23, mas depois quando liam a proposta surgia, o prédio sito em Areias ou Cova da Graça Setúbal, o que era substancialmente diferente. Não sabia se haveria alguma dificuldade.

Ainda outra coisa que admitia que não fosse consequente, que do ponto de vista jurídico não houvesse qualquer problema, em várias propostas aparecia, dando como exemplo do n.º 149 da Ordem de Trabalhos, surgia Rua General Daniel de Sousa, n.º 55 1.º Esq.º, mas depois quando liam o corpo da proposta apareciam vários números de polícias que acrescentavam ao n.º 55, o n.º 53 e o n.º 57. Havia muitas propostas daquela forma. O número que era referido no assunto e na Ordem de Trabalhos estava lá, mas estavam outros números, tendo questionado se aquilo poderia constituir algum problema. A maior preocupação estava com o facto de no ponto n.º 11 e o ponto n.º 12 existir uma proposta que verdadeiramente a morada não aparecia referida na ordem de trabalhos. A repetição da Rua de Mormugão deveria corresponder à Rua do Castelo, n.º 59 e n.º 61 e à Rua José Carlos da Maia, n.º 95.

Caso aquela alteração pudesse ser contemplada o restante seria uma questão de números.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que aquilo que tinha referido estava registado em ata. Perante aquele número de propostas, não era fácil poder dar resposta.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que fazia todo o sentido os reparos que o senhor Vereador Vítor Ferreira tinha feito, teria de haver mais cuidado sobre aquela situação e sobre aquilo que estava na Ordem de Trabalhos, coincidir com cada uma das propostas.

Havia uma questão que presumiram, mas convinha sempre perguntar, se em nenhuma daquelas propostas era para exercer o direito de preferência. Não sendo para exercer o direito de preferência poderia ser votado em bloco, apesar do que tinha dito o senhor Vereador Vítor Ferreira e bem, o que estava no enunciado deveria corresponder exatamente, até nos números polícia, aquilo que estava nas propostas. Mas se não se exercia o direito de preferência não haveria problema.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – A única preocupação que poderia resultar daqueles reparos era nos pontos n.º 11 e n.º 12, em que havia uma repetição na Ordem de Trabalhos de Rua de Mormugão, no entanto, a proposta do ponto n.º 12, correspondia a outro endereço. Como aquele endereço não voltava a aparecer, poderia haver um problema para registar a opção pelo não exercício de direito de preferência. Seria o único caso em que poderia ficar comprometido, nos outros casos por aquilo que entendiam, mais para a direita ou mais para a esquerda, estariam em condições de votar. Os técnicos poderiam ajuizar com mais cuidado e mais justiça.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador tinha identificado as questões que ficaria registado em ata, os técnicos depois verificariam as questões que depois seriam ultrapassadas. O que importava mais era o que estava no texto da proposta. Aquelas propostas seguiam cada uma o seu andamento e nem todas tinham o mesmo andamento, porque estaria relacionado com interessados. Cada proposta daquelas ficaria nos serviços e quando alguém fosse dar andamento ao processo, a referência era a que constava na respetiva proposta, por essa razão era importante que aquilo que fosse aprovado,

correspondesse ao que estava no terreno. Uma vez que o senhor Vereador referira aquelas questões que iriam ficar registado em ata, os técnicos depois poderiam verificar até que ponto haveria alguma lacuna. Certamente que aquela situação não levantaria algum problema, como o senhor Vereador Paulo Calado referira, estaria perante um processo que não iriam exercer o direito de preferência, o que significaria que não haveria problemas relativamente à Câmara Municipal. Sempre que surgissem particulares ou agências que viessem a tratar daqueles assuntos era preferível que a questão estivesse devidamente tratada pelos serviços.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Referiu que um determinado deputado municipal, que também era Presidente de Junta, a propósito dos vereadores votarem as propostas em bloco, terá dito que se tratava de falta de dignidade. Como tinha acabado de verificar, tratavam todos aqueles assuntos com a maior dignidade possível como prova de que os mesmos tinham sido devidamente analisados, mas encontrado sempre uma solução, ficando registado que não haveria da parte da sua bancada outro interesse que não fosse dignificar o cargo que tinham.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que não se tratava de uma questão de dignidade, tratava-se de uma outra questão que era complicada. Os serviços tinham de elaborar aquelas propostas, mas aquelas propostas já tinham tido por detrás a elaboração de informações que corriam as hierarquias dos respetivos serviços, o despacho dos seus dirigentes, o processo voltava ao ponto inicial para se elaborar aquele tipo de documento e depois voltaria outra vez à hierarquia até chegar à reunião da câmara.

Em quase todas as reuniões de câmara estariam a tratar entre 200 e 300 propostas, pelo que deveria imaginar o que implicava no funcionamento dos serviços, aquilo bloqueava os serviços, a capacidade de resposta que os serviços tinham para fazer todo aquele processo e para que pudesse ser apreciado em reunião de câmara, que depois voltaria novamente aos respetivos serviços, os quais iriam verificar novamente tudo aquilo. Tratava-se de uma situação muito complicada que bloqueava o funcionamento dos serviços e na sua capacidade de resposta para os munícipes que recorriam aos respetivos serviços. Se tivesse havido delegação de competências, o vereador da área despacharia o processo, tendo o mesmo apenas um circuito, sendo transmitido a quem fazia o requerimento. Havia uma duplicação do andamento dos processos que seria muito complicado na resposta que os serviços poderiam dar aos munícipes. Uma boa parte daqueles processos eram processos de negócio e que tinha os seus tempos. Era tudo aquilo que estava em causa e do seu ponto de vista não seria uma questão de dignidade.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que concordava com o senhor Presidente, não se tratava de uma questão de dignidade, pelo que acompanhava aquilo que o senhor Presidente tinha dito.

Já tinham falado naquela reunião em computadores que ainda não tinham chegado e iria aproveitar também para falar de uma coisa que era uma espécie de “*elefante*” dentro da sala, pelo que sugeriu que poderiam voltar a conversar sobre alguns aspetos relacionados com a delegação de competências. Não iriam estar de acordo em todos os pontos, mas era sempre melhor fazer parte de solução do que do problema. Uma vez que estava a liderar a bancada, estava a mostrar alguma abertura para poderem rever alguns pontos da delegação de competências.

Sr. Presidente – Congratulou-se com o senhor Vereador Vitor Ferreira, pelo facto de a bancada do Partido Socialista ter apresentado aquela abertura que não tinha tido até aquela altura. Era do conhecimento dos senhores vereadores, que nas reuniões de câmara em que o PSD propunha a votação em bloco determinadas propostas, da sua parte questionava sempre junto da bancada do PS se estavam de acordo, o mesmo podia ser confirmado, uma vez que estava registado em ata, dando o PS como resposta “*se o senhor Presidente assim o entender*”. Já se conheciam há tempo suficiente para saber da forma como as pessoas se entendiam ou não se entendiam.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Informou o senhor Presidente que tinha “*aberto uma porta*” naquele dia, enquanto líder de bancada, para encontrarem uma solução para alguns dos pontos, numa postura de diálogo. Uma vez que o senhor Presidente tinha referido que estava registado em ata, se se dessem ao trabalho de verificar com atenção, saberiam porque é que habitualmente a sua bancada dava aquele tipo de resposta, uma vez que havia uma razão para essa situação, a qual também estava registada em ata. Em nome da sua bancada estava a criar a possibilidade de poderem olhar para alguns aspetos da delegação de competências, certamente que não iriam estar de acordo em todos, mas caso houvesse aquela abertura, a sua bancada teria a respetiva abertura.

Informou o senhor Presidente que não valia a pena irem buscar atrás o que cada um tinha dito, uma vez que podiam “*fechar a porta*”, sendo que o objetivo era tornar mais simples e não complicar.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador, que não se tratava de “*fechar as portas*”, havia a necessidade de “*pôr os pontos nos is*” e cada um teria a sua responsabilidade. Apenas se tinha manifestado e não o podia deixar de ter feito, porque a bancada da CDU já tinha referido que aquela forma de funcionamento criava problemas ao funcionamento dos serviços e na capacidade de resposta dos serviços aos munícipes que precisavam daqueles serviços. Não valia a pena adiantarem muito mais sobre aquilo, mas não podia deixar de referir aquilo que tinha referido. Todos tinha registado aquela abertura e a seu tempo tomariam aquela iniciativa, mas era preciso que houvesse a abertura, que não tinha existido até àquela altura. Disse que ficava o compromisso que oportunamente a CDU voltaria a apresentar uma proposta de delegação de competências. Certamente que a proposta seria para discussão e para avaliação.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que no mesmo dia e na mesma reunião em que o PSD tinha demonstrado abertura para voltarem a falar sobre o assunto, recomendava que o senhor Presidente ouvisse a intervenção do senhor Vereador Joel Marques. Ouvindo essa intervenção iria perceber o que o PS tinha dito e qual tinha sido a posição do PS naquela altura.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Nuno Cruz que o PSD em todas as reuniões chamava a atenção para aquela situação. Apenas tinha referido algumas situações, como tinha sido a resposta da bancada do Partido Socialista, mas iam ver reunião em reunião, porque tinham sido em muitas reuniões.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Sobre a delegação de competências, tal como já tinha sido referido pelo senhor Presidente, a sua bancada já algum tempo vinha a manifestar a disponibilidade para a rever. O senhor Presidenta tinha referido que iria apresentar uma proposta, pelo que sugeria uma reunião prévia entre as três forças, no sentido de agilizar algum trabalho, para que a proposta quando viesse a reunião de câmara pudesse vir o mais concisa possível.

Sr. Presidente – Agradeceu à senhora Vereadora Sónia Martins. Quando se tratava de resolver problemas estavam sempre disponíveis e tinha sido para essa situação que tinham sido eleitos. Ficava aquela manifestação e agradecia à senhora vereadora.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Informou o senhor Presidente que quem costumava fazer aquela observação era o Vereador Joel Marques do Partido Socialista, que conforme tinha referido o senhor Vereador Nuno Cruz já tinha dado sinais daquela abertura, na sequência de uma intervenção do PSD. Agradou-lhe sobretudo o que o senhor Presidente tinha acabado de dizer, estavam todos disponíveis para resolver problemas e estavam todos disponíveis para acompanhar a proposta da senhora Vereadora Sónia Martins, que estava relacionada um

pouco com o que se tinha feito antes, a criação de uma conversaçãõ prévia fazia todo o sentido. Tinham conseguido uma boa base para resolver alguns problemas.

Sr. Presidente – Agradeceu aos Vereadores.

Informou que ia colocar a votaçãõ a proposta de deliberaçãõ n.º 2193/2022 até à proposta de deliberaçãõ n.º 2356/2022 inclusive, ficando as questões levantadas pelo senhor Vereador Vítor Ferreira relativamente a algumas propostas que pudessem ser verificadas, pela necessidade de serem alteradas, saber se eram questões significativas ou se podiam ser ultrapassadas.

Submetidas a votaçãõ foram a propostas aprovadas por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberaçãõ n.º 2194/2022 – Proposta n.º 1584/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestaçãõ prévia de intençãõ de nãõ exercício do direito de preferência
- Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 2.º A, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 4).

**6. Deliberaçãõ n.º 2195/2022 – Proposta n.º 1585/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestaçãõ prévia de intençãõ de nãõ exercício do direito de preferência
– Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 3.º C, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 4).

**7. Deliberaçãõ n.º 2196/2022 – Proposta n.º 1586/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestaçãõ prévia de intençãõ de nãõ exercício do direito de preferência
– Beco dos Mártires da Pátria, n.º 3, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 4).

**8. Deliberaçãõ n.º 2197/2022 – Proposta n.º 1587/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestaçãõ prévia de intençãõ de nãõ exercício do direito de preferência
– Herdade de Negreiros, Lote 101, Azeitãõ**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 4).

**9. Deliberaçãõ n.º 2198/2022 – Proposta n.º 1588/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestaçãõ prévia de intençãõ de nãõ exercício do direito de preferência
– Estrada de Azeitãõ, Rua António Joaquim Henriques, n.º 9, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 4).

**10. Deliberação n.º 2199/2022 – Proposta n.º 1589/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 1.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 4).

**11. Deliberação n.º 2200/2022 – Proposta n.º 1590/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Mormugão, n.º 45 – 2.º H, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 4).

**12. Deliberação n.º 2201/2022 – Proposta n.º 1591/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Castelo, n.ºs 59 e 61 e Rua José Carlos da Maia, N.º
95, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 4).

**13. Deliberação n.º 2202/2022 – Proposta n.º 1592/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida da República da Guiné Bissau, n.º 30 – 4.º C, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 4).

**14. Deliberação n.º 2203/2022 – Proposta n.º 1593/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 277, 279 w 281, Rua dos
Trabalhadores do Mar, n.ºs 65 e 67, Travessa dos Trabalhadores do Mar, n.º
65A e Largo José Afonso, n.ºs 1A e 1B – 1.º E24, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 4).

**15. Deliberação n.º 2204/2022 – Proposta n.º 1594/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua José Pedro da Silva, n.º 9 – 1.º Frt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 4).

**16. Deliberação n.º 2205/2022 – Proposta n.º 1595/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Gregório Lopes, n.º 19 – 1.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 4).

**17. Deliberação n.º 2206/2022 – Proposta n.º 1596/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Florex, Lote 25 (Quinta dos Fidalguinhos), Rua Serra
de São Luís, Galeotas, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 4).

**18. Deliberação n.º 2207/2022 – Proposta n.º 1597/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Celestino Alves, Urb. Torres do Sado, n.º 10 – 2.º G,
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 4).

**19. Deliberação n.º 2208/2022 – Proposta n.º 1598/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua José Guilherme dos Santos, n.º 5 - R/C Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 4).

**20. Deliberação n.º 2209/2022 – Proposta n.º 1599/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Manuel de Aguiar, n.º 19, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 4).

**21. Deliberação n.º 2210/2022 – Proposta n.º 1600/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Almeida Garrett, n.ºs 35 e 37 – 2.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 4).

22. Deliberação n.º 2211/2022 – Proposta n.º 1601/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Jaime Horácio Junqueiro, n.º 3 – 2.º Esq., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 4).

23. Deliberação n.º 2212/2022 – Proposta n.º 1602/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Jorge Afonso, n.º 10 - R/C ET, SETÚBAL

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 4).

24. Deliberação n.º 2213/2022 – Proposta n.º 1603/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua José Augusto dos Santos, Lote 15 – 1.º Ft., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 4).

25. Deliberação n.º 2214/2022 – Proposta n.º 1604/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Catarina Eufémia, Lote 24, Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 4).

26. Deliberação n.º 2215/2022 – Proposta n.º 1605/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Doutor António Rodrigues Manito, n.º 82 – 6.º A, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 4).

27. Deliberação n.º 2216/2022 – Proposta n.º 1606/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua José Ganhão de Lasarda, n.º 24 – 2.º Esq. - Guarda do Pinheiro, Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 4).

28. Deliberação n.º 2217/2022 – Proposta n.º 1607/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 – 3.º Dto., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 4).

29. Deliberação n.º 2218/2022 – Proposta n.º 1608/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 74 – 2.º C, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 4).

30. Deliberação n.º 2219/2022 – Proposta n.º 1609/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Serração, n.º 10-A, Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 4).

31. Deliberação n.º 2220/2022 – Proposta n.º 1610/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 1 – 5.º C, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 4).

32. Deliberação n.º 2221/2022 – Proposta n.º 1611/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 3.º Frt., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 4).

33. Deliberação n.º 2222/2022 – Proposta n.º 1612/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Gomes Cardim, n.º 7 – 1.º Esq., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 4).

**34. Deliberação n.º 2223/2022 – Proposta n.º 1613/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua dos Jacarandás, Lote 1D – 1.º Esq., Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 4).

**35. Deliberação n.º 2224/2022 – Proposta n.º 1614/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praias do Sado, Lote 142, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 4).

**36. Deliberação n.º 2225/2022 – Proposta n.º 1615/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta do Monte Belo, n.º 13 - R/C Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 4).

**37. Deliberação n.º 2226/2022 – Proposta n.º 1616/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida do Alentejo, n.º 69 – 5.º Dto, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 4).

**38. Deliberação n.º 2227/2022 – Proposta n.º 1617/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua António José Batista, n.ºs 1, 3, 3-A, 5, 7, 9 e 9-A - 1.º Frt.,
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 4).

**39. Deliberação n.º 2228/2022 – Proposta n.º 1618/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 12 - R/C Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 4).



**40. Deliberação n.º 2229/2022 – Proposta n.º 1619/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Cristóvão de Figueiredo, n.º 10 – 3.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 4).

**41. Deliberação n.º 2230/2022 – Proposta n.º 1620/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 105 – 2.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 4).

**42. Deliberação n.º 2231/2022 – Proposta n.º 1621/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praça do Brasil, n.º 16, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 4).

**43. Deliberação n.º 2232/2022 – Proposta n.º 1622/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praça do Brasil, n.º 18, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 4).

**44. Deliberação n.º 2233/2022 – Proposta n.º 1623/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 79 – 4.º E, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 4).

**45. Deliberação n.º 2234/2022 – Proposta n.º 1624/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Castelo de São Filipe, n.º 7 – 2.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 4).

**46. Deliberação n.º 2235/2022 – Proposta n.º 1625/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Engenheiro Henri Perron, n.º 14 - R/C Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 4).

**47. Deliberação n.º 2236/2022 – Proposta n.º 1626/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Cidade Debrecen, n.º 20 – 6.º C, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 4).

**48. Deliberação n.º 2237/2022 – Proposta n.º 1627/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Abel Salazar, n.º 14 – 3.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 4).

**49. Deliberação n.º 2238/2022 – Proposta n.º 1628/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Celestino Alves, n.º 10 – 6.º D, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 4).

**50. Deliberação n.º 2239/2022 – Proposta n.º 1629/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – RUA ANTÓNIO DA MOTA, N.ºs 29 E 29A, SETÚBAL**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 4).

**51. Deliberação n.º 2240/2022 – Proposta n.º 1630/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua João Eloy do Amaral, n.º 43 – 2.º, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 4).



**52. Deliberação n.º 2241/2022 – Proposta n.º 1631/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta José Malhoa, n.º 6 – 6.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 4).

**53. Deliberação n.º 2242/2022 – Proposta n.º 1632/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Tenente Jean Raymond, n.º 1 - R/C Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 4).

**54. Deliberação n.º 2243/2022 – Proposta n.º 1633/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Joaquim António Estanislau, Lotes 7 e 7A, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 4).

**55. Deliberação n.º 2244/2022 – Proposta n.º 1634/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua D. Lourenço Dinis, n.º 8, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 4).

**56. Deliberação n.º 2245/2022 – Proposta n.º 1635/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Nuno Álvares, n.º 9 – 3.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 4).

**57. Deliberação n.º 2246/2022 – Proposta n.º 1636/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Eito, n.ºs 15 e 17, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 4).



58. Deliberação n.º 2247/2022 – Proposta n.º 1637/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Vinha do Campo ou Urbanização Monte da Vinha, Lote 12, Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 4).

59. Deliberação n.º 2248/2022 – Proposta n.º 1638/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 10 – 1.º Frt., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 4).

60. Deliberação n.º 2249/2022 – Proposta n.º 1639/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua José Afonso, n.º 1 – 1.º Esq., Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 4).

61. Deliberação n.º 2250/2022 – Proposta n.º 1640/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Coronel Carlos Fabião, n.º 33, Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 4).

62. Deliberação n.º 2251/2022 – Proposta n.º 1641/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Bairro Dias Ferrão, n.º 14 – 3.º Dto., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 4).

63. Deliberação n.º 2252/2022 – Proposta n.º 1642/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 25 – 4.º Dto., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 4).

**64. Deliberação n.º 2253/2022 – Proposta n.º 1643/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 26 – 5.º B, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 4).

**65. Deliberação n.º 2254/2022 – Proposta n.º 1644/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua das Tortinhas, n.º 68, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 4).

**66. Deliberação n.º 2255/2022 – Proposta n.º 1645/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – 5.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 4).

**67. Deliberação n.º 2256/2022 – Proposta n.º 1646/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 6 – 3.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 4).

**68. Deliberação n.º 2257/2022 – Proposta n.º 1647/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida da República da Guiné Bissau, n.º 26 – 4.º Dto.,
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 4).

**69. Deliberação n.º 2258/2022 – Proposta n.º 1648/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 2.º B, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 4).



70. Deliberação n.º 2259/2022 – Proposta n.º 1649/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Padre Américo, n.º 3 (Torre 3) – 6.º Esq., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 4).

71. Deliberação n.º 2260/2022 – Proposta n.º 1650/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Picheleiros, Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 4).

72. Deliberação n.º 2261/2022 – Proposta n.º 1651/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Padre Américo, n.º 3 (Torre 3) - Gar. n.º 30, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 4).

73. Deliberação n.º 2262/2022 – Proposta n.º 1652/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 112 – 3.º Dto., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109 (ver ponto 4).

74. Deliberação n.º 2263/2022 – Proposta n.º 1653/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua das Oliveiras, n.º 26, tornejando para a Rua Henrique Cardoso, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 4).

75. Deliberação n.º 2264/2022 – Proposta n.º 1654/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Rodrigo Ferreira da Costa, n.º 80, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 4).

**76. Deliberação n.º 2265/2022 – Proposta n.º 1655/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua de Valverde, n.º 10 – 3.º Frt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 4).

**77. Deliberação n.º 2266/2022 – Proposta n.º 1656/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua de São Joaquim, n.º 11 - C/V Dta., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 4).

**78. Deliberação n.º 2267/2022 – Proposta n.º 1657/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Choilo, Lote 67, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 4).

**79. Deliberação n.º 2268/2022 – Proposta n.º 1658/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua das Giestas, n.º 8 – 3.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 4).

**80. Deliberação n.º 2269/2022 – Proposta n.º 1659/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Henrique Augusto Pereira, Lote 5 – 4.º Dto. Frt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 4).

**81. Deliberação n.º 2270/2022 – Proposta n.º 1660/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua de São Joaquim, n.º 8, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 4).

**82. Deliberação n.º 2271/2022 – Proposta n.º 1661/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Campos Rodrigues, n.º 19, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 4).

**83. Deliberação n.º 2272/2022 – Proposta n.º 1662/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 - R/C Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119 (ver ponto 4).

**84. Deliberação n.º 2273/2022 – Proposta n.º 1663/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Ana Gonçalves, n.º 1 – 1.º B, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120 (ver ponto 4).

**85. Deliberação n.º 2274/2022 – Proposta n.º 1664/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Almeida Carvalho, n.º 4 – 1.º Dto, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121 (ver ponto 4).

**86. Deliberação n.º 2275/2022 – Proposta n.º 1665/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Frei João Pinheiro, n.ºs 9 e 9A, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 (ver ponto 4).

**87. Deliberação n.º 2276/2022 – Proposta n.º 1666/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praça do Brasil, n.ºs 16 e 18, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123 (ver ponto 4).

**88. Deliberação n.º 2277/2022 – Proposta n.º 1667/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Fé, n.º 55 – 5.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124 (ver ponto 4).

**89. Deliberação n.º 2278/2022 – Proposta n.º 1668/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua das Tílias, Lote 157, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125 (ver ponto 4).

**90. Deliberação n.º 2279/2022 – Proposta n.º 1669/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 190 E, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 126 (ver ponto 4).

**91. Deliberação n.º 2280/2022 – Proposta n.º 1670/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – 4.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 127 (ver ponto 4).

**92. Deliberação n.º 2281/2022 – Proposta n.º 1671/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 2 - R/C Frt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 128 (ver ponto 4).

**93. Deliberação n.º 2282/2022 – Proposta n.º 1672/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Manuel Rodrigues Coelho, n.º 8 – 2.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 129 (ver ponto 4).



**94. Deliberação n.º 2283/2022 – Proposta n.º 1673/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Estrada de Palmela, n.º 213, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130 (ver ponto 4).

**95. Deliberação n.º 2284/2022 – Proposta n.º 1674/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 46 – 1.º E, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 131 (ver ponto 4).

**96. Deliberação n.º 2285/2022 – Proposta n.º 1675/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Urbanização Quinta da Amizade, Lote 130 – 1.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 132 (ver ponto 4).

**97. Deliberação n.º 2286/2022 – Proposta n.º 1676/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 4 – 2.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 133 (ver ponto 4).

**98. Deliberação n.º 2287/2022 – Proposta n.º 1677/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Bento Gonçalves, n.ºs 2 e 2A (Antigo Lote 11), Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 134 (ver ponto 4).

**99. Deliberação n.º 2288/2022 – Proposta n.º 1678/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Bairro da Liberdade, n.º 43, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 135 (ver ponto 4).



**100. Deliberação n.º 2289/2022 – Proposta n.º 1679/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Cidade da Beira, n.º 6 – 2.º Frt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 136 (ver ponto 4).

**101. Deliberação n.º 2290/2022 – Proposta n.º 1680/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua José Augusto Coelho, n.º 140, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 137 (ver ponto 4).

**102. Deliberação n.º 2291/2022 – Proposta n.º 1681/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta do Monte Belo, n.ºs 11 e 12 – 3.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 138 (ver ponto 4).

**103. Deliberação n.º 2292/2022 – Proposta n.º 1682/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Gil Vicente, n.ºs 3 e 5, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 139 (ver ponto 4).

**104. Deliberação n.º 2293/2022 – Proposta n.º 1683/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Várzeas, Lote 6, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 140 (ver ponto 4).

**105. Deliberação n.º 2294/2022 – Proposta n.º 1684/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 5 – 1.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 141 (ver ponto 4).

**106. Deliberação n.º 2295/2022 – Proposta n.º 1685/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua António José Batista, n.º 41 – 4.º C, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 142 (ver ponto 4).

**107. Deliberação n.º 2296/2022 – Proposta n.º 1686/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Fernando Santos, n.º 74 – 1.º Frt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 143 (ver ponto 4).

**108. Deliberação n.º 2297/2022 – Proposta n.º 1687/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Sertório Pereira, n.º 5 - Gar. n.º 12, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 144 (ver ponto 4).

**109. Deliberação n.º 2298/2022 – Proposta n.º 1688/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Jorge Afonso, n.ºs 4, 5 e 6 – 3.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 145 (ver ponto 4).

**110. Deliberação n.º 2299/2022 – Proposta n.º 1689/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 162 – 2.º G, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 146 (ver ponto 4).

**111. Deliberação n.º 2300/2022 – Proposta n.º 1690/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Agostinho Silva Santos, n.ºs 12 e 12-A (Lote 6), Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 147 (ver ponto 4).



**112. Deliberação n.º 2301/2022 – Proposta n.º 1691/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Pote D, n.º 1 – 3.º D, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 148 (ver ponto 4).

**113. Deliberação n.º 2302/2022 – Proposta n.º 1692/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Estrada de Palmela, n.º 153 – 2.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 149 (ver ponto 4).

**114. Deliberação n.º 2303/2022 – Proposta n.º 1693/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, n.º 38 - C/V Dta.,
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 150 (ver ponto 4).

**115. Deliberação n.º 2304/2022 – Proposta n.º 1694/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Nova da Jardía, n.º 194, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 151 (ver ponto 4).

**116. Deliberação n.º 2305/2022 – Proposta n.º 1695/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Lopo Homem, n.º 5 – 3.º B, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 152 (ver ponto 4).

**117. Deliberação n.º 2306/2022 – Proposta n.º 1696/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.º 21 J – 10.º Dto, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 153 (ver ponto 4).



**118. Deliberação n.º 2307/2022 – Proposta n.º 1697/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Cidade de Pau, n.º 4 – 8.º B, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 154 (ver ponto 4).

**119. Deliberação n.º 2308/2022 – Proposta n.º 1698/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Mormugão, n.º 51 – 5.º B, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 155 (ver ponto 4).

**120. Deliberação n.º 2309/2022 – Proposta n.º 1699/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Joaquim Pedro Rasteiro, n.ºs 44, 46 e 48 - R/C, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 156 (ver ponto 4).

**121. Deliberação n.º 2310/2022 – Proposta n.º 1700/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Alto de Brancanes ou Mata de Brancanes, Rua Armando
Gomes, n.º 16, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 157 (ver ponto 4).

**122. Deliberação n.º 2311/2022 – Proposta n.º 1701/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.ºs 4 e 4-A – 1.º A,
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 158 (ver ponto 4).

**123. Deliberação n.º 2312/2022 – Proposta n.º 1702/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Perú, n.ºs 68 e 70, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 159 (ver ponto 4).

**124. Deliberação n.º 2313/2022 – Proposta n.º 1703/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Campos Rodrigues, n.º 51 – 3.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 160 (ver ponto 4).

**125. Deliberação n.º 2314/2022 – Proposta n.º 1704/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Gregório Lopes, n.º 9 – 1.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 161 (ver ponto 4).

**126. Deliberação n.º 2315/2022 – Proposta n.º 1705/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Augusto Cardoso, n.º 54 - R/C, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 162 (ver ponto 4).

**127. Deliberação n.º 2316/2022 – Proposta n.º 1706/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua dos Quatro Caminhos, n.º 27 - R/C Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 163 (ver ponto 4).

**128. Deliberação n.º 2317/2022 – Proposta n.º 1707/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Estrada de S. Ovídio - Mourisca, n.º 203, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 164 (ver ponto 4).

**129. Deliberação n.º 2318/2022 – Proposta n.º 1708/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Luta do Povo, n.º 32, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 165 (ver ponto 4).



**130. Deliberação n.º 2319/2022 – Proposta n.º 1709/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 4.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 166 (ver ponto 4).

**131. Deliberação n.º 2320/2022 – Proposta n.º 1710/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua António José Batista, n.ºs 112, 114, 116, 118, 120, 122,
124, 126, 128, 130 e 132 - Gar. n.º 57, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 167 (ver ponto 4).

**132. Deliberação n.º 2321/2022 – Proposta n.º 1711/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 1, 3 e 5 – 2.º
Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 168 (ver ponto 4).

**133. Deliberação n.º 2322/2022 – Proposta n.º 1712/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Nuno Álvares, n.º 44 – 5.º D, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 169 (ver ponto 4).

**134. Deliberação n.º 2323/2022 – Proposta n.º 1713/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua José António Fernandes, n.ºs 1 e 3, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 170 (ver ponto 4).

**135. Deliberação n.º 2324/2022 – Proposta n.º 1714/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.º 66,
Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 171 (ver ponto 4).

**136. Deliberação n.º 2325/2022 – Proposta n.º 1715/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Escola e Rua do Pinhão - Moradia Esq., Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 172 (ver ponto,4).

**137. Deliberação n.º 2326/2022 – Proposta n.º 1716/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Senhor Jesus dos Navegantes, n.ºs 10 a 20 - R/C, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 173 (ver ponto 4).

**138. Deliberação n.º 2327/2022 – Proposta n.º 1717/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, n.º 20 – 3.º Esq.,
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 174 (ver ponto 4).

**139. Deliberação n.º 2328/2022 – Proposta n.º 1718/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua D. Vasco Martins, n.º 6 (cerrado à Estrada da Raimunda,
Lote 2), Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 175 (ver ponto 4).

**140. Deliberação n.º 2329/2022 – Proposta n.º 1719/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Guilherme Faria, n.ºs 34 a 44 e Travessa das
Papoilas, n.ºs 9 a 21 – 1.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 176 (ver ponto 4).

**141. Deliberação n.º 2330/2022 – Proposta n.º 1720/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Libânio Braga, n.º 18 - R/C Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 177 (ver ponto 4).



**142. Deliberação n.º 2331/2022 – Proposta n.º 1721/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua José Maria Albino e Beco Agostinho Neto, Lote 3 - C/V
Dta., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 178 (ver ponto 4).

**143. Deliberação n.º 2332/2022 – Proposta n.º 1722/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida D. João II, n.º 10 – 5.º C, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 179 (ver ponto 4).

**144. Deliberação n.º 2333/2022 – Proposta n.º 1723/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua António José Batista, n.º 122 – 2.º Dto, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 180 (ver ponto 4).

**145. Deliberação n.º 2334/2022 – Proposta n.º 1724/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Afonso Paiva, n.º 1 – 2.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 181 (ver ponto 4).

**146. Deliberação n.º 2335/2022 – Proposta n.º 1725/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 3 – 1.º A, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 182 (ver ponto 4).

**147. Deliberação n.º 2336/2022 – Proposta n.º 1726/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 147 – 2.º Dto.,
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 183 (ver ponto 4).

**148. Deliberação n.º 2337/2022 – Proposta n.º 1727/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Sertório Pereira, n.º 5 – 3.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 184 (ver ponto 4).

**149. Deliberação n.º 2338/2022 – Proposta n.º 1728/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.º 55 – 1.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 185 (ver ponto 4).

**150. Deliberação n.º 2339/2022 – Proposta n.º 1729/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.º 61 – 2.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 186 (ver ponto 4).

**151. Deliberação n.º 2340/2022 – Proposta n.º 1730/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Ladeira das Fontainhas, n.º 44, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 187 (ver ponto 4).

**152. Deliberação n.º 2341/2022 – Proposta n.º 1731/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 141 – 1.º Dto.,
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 188 (ver ponto 4).

**153. Deliberação n.º 2342/2022 – Proposta n.º 1732/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua António José Batista, n.º 106 – 1.º B, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 189 (ver ponto 4).

**154. Deliberação n.º 2343/2022 – Proposta n.º 1733/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 29 – 3.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 190 (ver ponto 4).

**155. Deliberação n.º 2344/2022 – Proposta n.º 1734/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Carrasco - Vale de Mulatas, Lote 12, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 191 (ver ponto 4).

**156. Deliberação n.º 2345/2022 – Proposta n.º 1735/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 29 - Garagem, n.º 9, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 192 (ver ponto 4).

**157. Deliberação n.º 2346/2022 – Proposta n.º 1736/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 13, 15 e 17 –
1.º Dto., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 193 (ver ponto 4).

**158. Deliberação n.º 2347/2022 – Proposta n.º 1737/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Mário Sacramento, n.º 24 – 2.º C, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 194 (ver ponto 4).

**159. Deliberação n.º 2348/2022 – Proposta n.º 1738/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Mirante, n.º 13 – 2.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 195 (ver ponto 4).

**160. Deliberação n.º 2349/2022 – Proposta n.º 1739/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua das Giestas, Lote 68, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 196 (ver ponto 4).

**161. Deliberação n.º 2350/2022 – Proposta n.º 1740/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Professor Francisco Gentil, n.º 3 – 3.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 197 (ver ponto 4).

**162. Deliberação n.º 2351/2022 – Proposta n.º 1741/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Pote de Água, n.º 55, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 198 (ver ponto 4).

**163. Deliberação n.º 2352/2022 – Proposta n.º 1742/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Diogo Fernandes Pereira, n.º 28, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 199 (ver ponto 4).

**164. Deliberação n.º 2353/2022 – Proposta n.º 1743/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua D. Pedro Fernandes Sardinha, n.º 22, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 200 (ver ponto 4).

**165. Deliberação n.º 2354/2022 – Proposta n.º 1744/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Dona Gertrudes Ligeiro, n.ºs 2, 4 e 6 tornejando para a
Rua Moinho do Frade, n.ºs 21 e 23, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 201 (ver ponto 4).

**166. Deliberação n.º 2355/2022 – Proposta n.º 1745/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Bartolomeu Dias, n.º 22 – 1.º Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 202 (ver ponto 4).

**167. Deliberação n.º 2356/2022 – Proposta n.º 1746/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua D. Vasco Martins, n.º 14, Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 203 (ver ponto 4).

**168. Deliberação n.º 2357/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DEB/DIGEPE – Alteração
ao protocolo de colaboração no âmbito da componente de apoio à família
no 1.º ciclo do ensino básico na Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão**

A Sra. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 204 e 205, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**169. Deliberação n.º 2358/2022 – Proposta n.º 25/2022 – DOM/DIHAB – Proposta
de celebração de protocolo para a implementação do estúdio de som e
vídeo “Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade” Bela Vista**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 206 e 207.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Referiu que de acordo com a perspetiva da sua bancada existiam instituições no concelho que podiam prestar aquele serviço que tinha sido referido. Questionou o senhor Vereador Carlos Rabaçal sobre o fundamento técnico para fazer aquela opção, de quem vinha de Arrentela e não de quem estava em Setúbal.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou o senhor Vereador Vitor Ferreira que não tinham instituições com aquela valência, a única instituição que tinha aquela valência na nossa cidade era o Instituto Politécnico, que tinha uma atividade naquela área, com alunos e técnicos.

Aquele trabalho era um trabalho que envolvia a capacidade técnica e também envolvia a capacidade de dinamizar a população, organizar e formar jovens. Não era uma valência estritamente técnica era também de apoio à organização de moradores.

No ano transato tinha envolvida naquele estúdio 85 pessoas, 46 estudantes, 3 empregados e 5 desempregados, fizeram 151 gravações de moradores, sendo que 11 moradores foram envolvidos em eventos municipais de grande dimensão. Na preparação daquele espaço, elaboraram 7 videoclipes e tinham 12 moradores em formação permanente. Aquele estúdio era gerido por moradores formados por aquela entidade, para dinamizarem os próprios espaços, a área técnica naquele momento era assegurada por jovens do próprio bairro. Não

se tratava apenas de um apoio técnico, mas de um apoio técnico de desenvolvimento daquela capacidade de realização coletiva do projeto.

As gravações de som e vídeo eram públicas, pelo que podia fornecer os respetivos endereços. Foram feitas formações de gravação de áudio “Light Art” e de vídeo, com especialistas que eram convidados para acompanharem aquele processo de Luz e Teatro, na produção, divulgação musical e sobretudo de sustentação do próprio estúdio.

A continuidade do trabalho, com a capacidade que aquela entidade tinha garantido, era absolutamente essencial para dar andamento a todo aquele processo.

Estavam a estabelecer parcerias com várias entidades, incluindo com as escolas, onde tinham feito um trabalho conjunto com duas escolas da Ordem de Santiago e também estavam a fazer uma parceria com o IPS no sentido de evoluir não só para o estúdio de gravação em vídeo, mas também evoluir para uma rádio digital e para uma televisão digital. Quem ia dar aquele apoio na rádio e na televisão digital seria o IPS, mas com a coordenação daquela instituição que asseguraria todo o processo.

Aquela instituição tinha uma competência específica de alguém da instituição que estava a fazer aquele trabalho, cujo coordenador era um “rapper” conhecido na nossa praça, era um indivíduo de reconhecida qualidade e um formador credenciado naquela área ao nível do país inteiro, que aceitou sediar-se no Município de Setúbal e estava a fazer um grande trabalho.

Agradeceu ao senhor Vereador Vitor Ferreira pela pergunta porque tinha permitido dar uma explicação mais pormenorizada.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Agradeceu o esclarecimento do senhor Vereador Carlos Rabaçal e disse que a explicação do senhor Vereador como sempre era pormenorizada, no entanto, a sua bancada não estava confortável com a ideia de que não houvesse no concelho quem pudesse dar aquela resposta. Talvez fizesse falta um documento que lhes justificasse a situação.

O sentido de voto iria na abstenção, uma vez que na intervenção havia uma valorização daquilo que era o reflexo que tinha no projeto. Iam abster-se porque estavam convictos que teria sido possível encontrar resposta na cidade. De qualquer forma, a importância do trabalho que estava a ser feito levava-os a não criar outro tipo de obstáculo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

170. Deliberação n.º 2359/2022 – Proposta n.º 63/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao São Domingos Futebol Clube

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 208.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que iam acompanhar a proposta uma vez que estavam de acordo. Havia que apoiar o movimento associativo, naquele caso seria na área do desporto. Saudou o executivo por em tão pouco tempo ter apoiado uma modalidade recente criada por um clube, porque muitas das vezes constatavam que os clubes lutavam ano após ano para conseguirem desenvolver a sua modalidade e só depois é que o município reconhecia o seu trabalho, por essa razão congratulavam-se com aquela situação.

Iariam votar favoravelmente a proposta, saudando até o clube por uma aposta em mais uma modalidade, sendo um clube com muita dinâmica na cidade.

Questionou o executivo sobre se brevemente iria a reunião de câmara propostas relacionadas com apoios, como era o exemplo da criação recente por parte do Vitória Futebol Clube de equipas de futebol de praia, que certamente também iriam disputar campeonatos, para além

do Clube de Vólei de Praia que também tinha várias componentes e que seguramente iriam necessitar do máximo apoio por parte da autarquia.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

171. Deliberação n.º 2360/2022 – Proposta n.º 64/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Academia de Futsal Estrelas de Setúbal: obras de beneficiação da sede

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 209, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

172. Deliberação n.º 2361/2022 – Proposta n.º 65/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Centro Ciclista Azeitonense – Prémio Juvenil da Aldeia da Piedade

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 210, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

173. Deliberação n.º 2362/2022 – Proposta n.º 66/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Amadores de Pesca Desportiva – Participação no Campeonato Mundial

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 211, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

174. Deliberação n.º 2363/2022 – Proposta n.º 67/2022 – DCDJ/DIDES – Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Circuito Nacional de Dança Desportiva

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 212, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



175. Deliberação n.º 2364/2022 – Proposta n.º 68/2022 – DCDJ/DIDES – Parecer da Câmara Municipal de Setúbal sobre o Scalipus Clube de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 213 e 214, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

176. Deliberação n.º 2365/2022 – Proposta n.º 69/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal (ADCS)

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 215 e 216, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

177. Deliberação n.º 2366/2022 – Proposta n.º 70/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Rancho Folclórico de Praias do Sado

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 217, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

178. Deliberação n.º 2367/2022 – Proposta n.º 71/2022 – DCDJ/DICUL - Apoio Financeiro à realização da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Troia

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 218, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

179. Deliberação n.º 2368/2022 – Proposta n.º 72/2022 – DCDJ/DICUL - Apoio financeiro – Associação Setubailas

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 219, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

180. Deliberação n.º 2369/2022 – Proposta n.º 442/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada pela Lei 70/2015 de 16 de julho

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 220 e 221.

Sr. Vereador Paulo Calado – Informou o senhor Presidente que à luz daquilo que tinham falado recentemente e se todas as bancadas estivessem de acordo propunham que todas as propostas do DURB fossem votadas em bloco.

Sra. Vereadora Rita – Disse que propunha retirar a proposta n.º 488/2022, correspondendo ao ponto n.º 226 da ordem de trabalhos, referente à deliberação n.º 2415/2022.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que a bancada do PS acompanhava a proposta da bancada do PSD, se assim o senhor Presidente o entendesse, como já era habitual. A sua intervenção vinha no sentido de que tinham algumas dúvidas sobre a proposta de deliberação n.º 2415/2022. Por terem constatado que tinha sido espalhado pela cidade uns sacos de compras alusivos ao Lidl com a finalidade de fazer publicidade. Não percebiam se aquela proposta era referente ao que já se encontrava na via pública e que iria ser aprovada ou se seria referente a outro tipo de publicidade pretendida pelo Lidl, pelo que gostaria de saber se a publicidade que já se encontrava na rua já teria sido aprovada.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Informou o senhor Vereador Nuno Cruz que a proposta que tinha sido apresentada era referente aos sacos que já estavam colocados na cidade sem a devida autorização, no entanto, o Lidl já tinha sido notificado para que os mesmos fossem retirados da via pública, uma vez que não tinham sido autorizados e não estavam em condições de serem autorizados.

Sr. Presidente – Disse que iriam votar as propostas de deliberação n.º 2369/2022 até à proposta de deliberação n.º 2414/2022 e da proposta de deliberação n.º 24016/2022 até à proposta de deliberação 2418/2022, sendo retirada a proposta de deliberação n.º 2415/2022.

Submetidas a votação, foram as propostas aprovadas por unanimidade e em minuta.

181. Deliberação n.º 2370/2022 – Proposta n.º 443/2022 – DURB/DIGU – Aprovação condicionada de alterações de fachada

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 222 (ver ponto 180).

182. Deliberação n.º 2371/2022 – Proposta n.º 444/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de legalização de obras em edifício e muro de vedação (com obra)

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 223 (ver ponto 180).



**183. Deliberação n.º 2372/2022 – Proposta n.º 445/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia, piscina e
anexos e construção de muros**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 224 (ver ponto 180).

**184. Deliberação n.º 2373/2022 – Proposta n.º 446/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de muro e legalização
de ampliação de piscina**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 225 (ver ponto 180).

**185. Deliberação n.º 2374/2022 – Proposta n.º 447/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em
moradia**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 226 (ver ponto 180).

**186. Deliberação n.º 2375/2022 – Proposta n.º 448/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para nova edificação e legalização de
ampliação de edificação existente**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 227 (ver ponto 180).

**187. Deliberação n.º 2376/2022 – Proposta n.º 449/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de alterações de moradia, de muro de
vedação e de construção de garagem**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 228 (ver ponto 180).

**188. Deliberação n.º 2377/2022 – Proposta n.º 450/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia e muro de vedação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 229 (ver ponto 180).

**189. Deliberação n.º 2378/2022 – Proposta n.º 451/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro
de vedação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 230 (ver ponto 180).

**190. Deliberação n.º 2379/2022 – Proposta n.º 452/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, piscina e muro de
vedação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 231 (ver ponto 180).

**191. Deliberação n.º 2380/2022 – Proposta n.º 453/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de uma unidade hoteleira**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 232 (ver ponto 180).

**192. Deliberação n.º 2381/2022 – Proposta n.º 454/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura e alteração de utilização**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 233 (ver ponto 180).

**193. Deliberação n.º 2382/2022 – Proposta n.º 455/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção
de edificação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 234 (ver ponto 180).

**194. Deliberação n.º 2383/2022 – Proposta n.º 456/2022 – DURB/DIGU –
Indeferimento de projeto de arquitetura para licenciamento de um edifício
multifamiliar com 3 fogos**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 235 (ver ponto 180).

**195. Deliberação n.º 2384/2022 – Proposta n.º 457/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença para obras de edificação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 236 (ver ponto 180).

**196. Deliberação n.º 2385/2022 – Proposta n.º 458/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença de construção para obras de edificação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 237 (ver ponto 180).

**197. Deliberação n.º 2386/2022 – Proposta n.º 459/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença de construção de edificação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 238 (ver ponto 180).

**198. Deliberação n.º 2387/2022 – Proposta n.º 460/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença de construção de edifício de habitação multifamiliar**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 239 (ver ponto 180).

**199. Deliberação n.º 2388/2022 – Proposta n.º 461/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar térrea,
garagem, piscina e muro de vedação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 240 (ver ponto 180).

**200. Deliberação n.º 2389/2022 – Proposta n.º 462/2022 – DURB/DIGU –
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 241 (ver ponto 180).

**201. Deliberação n.º 2390/2022 – Proposta n.º 463/2022 – DURB/DIGU –
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 242 (ver ponto 180).

**202. Deliberação n.º 2391/2022 – Proposta n.º 464/2022 – DURB/DIGU –
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 243 (ver ponto 180).

203. Deliberação n.º 2392/2022 – Proposta n.º 465/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 244 (ver ponto 180).

204. Deliberação n.º 2393/2022 – Proposta n.º 466/2022 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de obras de edificação

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 245 (ver ponto 180).

205. Deliberação n.º 2394/2022 – Proposta n.º 467/2022 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de obras de edificação

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 246 (ver ponto 180).

206. Deliberação n.º 2395/2022 – Proposta n.º 468/2022 – DURB/DIGU – Parecer de localização para instalação de infraestruturas elétricas ao abrigo do art.º 7.º do regime jurídico de edificação e urbanização

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 247 (ver ponto 180).

207. Deliberação n.º 2396/2022 – Proposta n.º 469/2022 – DURB/DIGU – Caducidade da licença e concessão de licença especial para obras inacabadas

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 248 (ver ponto 180).

208. Deliberação n.º 2397/2022 – Proposta n.º 470/2022 – DURB/DIGU – Caducidade da comunicação prévia e concessão da licença especial para obras inacabadas

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 249 (ver ponto 180).

209. Deliberação n.º 2398/2022 – Proposta n.º 471/2022 – DURB/DIGU – Caducidade do procedimento

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 250 (ver ponto 180).

**210. Deliberação n.º 2399/2022 – Proposta n.º 472/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação às alterações das especificações do alvará de loteamento n.º
14/76**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 251 (ver ponto 180).

**211. Deliberação n.º 2400/2022 – Proposta n.º 473/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação às alterações das especificações do alvará de loteamento n.º
14/87**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 252 (ver ponto 180).

**212. Deliberação n.º 2401/2022 – Proposta n.º 474/2022 – DURB/DIGU –
Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 14/95**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 253 (ver ponto 180).

**213. Deliberação n.º 2402/2022 – Proposta n.º 475/2022 – DURB/DIGU –
Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 18/91**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 254 (ver ponto 180).

**214. Deliberação n.º 2403/2022 – Proposta n.º 476/2022 – DURB/DIGU –
Homologação do auto de vistoria**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 255 e 256 (ver ponto 180).

**215. Deliberação n.º 2404/2022 – Proposta n.º 477/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 257 (ver ponto 180).

**216. Deliberação n.º 2405/2022 – Proposta n.º 478/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 258 (ver ponto 180).

**217. Deliberação n.º 2406/2022 – Proposta n.º 479/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 259 (ver ponto 180).

**218. Deliberação n.º 2407/2022 – Proposta n.º 480/2022 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura de legalização de alteração de fachada**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 260 (ver ponto 180).

**219. Deliberação n.º 2408/2022 – Proposta n.º 481/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício
de comércio/serviços**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 261 (ver ponto 180).

**220. Deliberação n.º 2409/2022 – Proposta n.º 482/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício
habitacional**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 262 (ver ponto 180).

**221. Deliberação n.º 2410/2022 – Proposta n.º 483/2022 – DURB/GAPRU –
Informação prévia favorável condicionada**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 263 (ver ponto 180).

**222. Deliberação n.º 2411/2022 – Proposta n.º 484/2022 – DURB/GAPRU –
Caducidade da comunicação prévia de reconstrução e alteração do edifício**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 264 (ver ponto 180).

**223. Deliberação n.º 2412/2022 – Proposta n.º 485/2022 – DURB/GARIU – Painel
publicitário com 40m2**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 265 e 266 (ver ponto 180).

224. Deliberação n.º 2413/2022 – Proposta n.º 486/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário com 24m2

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 267 e 268 (ver ponto 180).

225. Deliberação n.º 2414/2022 – Proposta n.º 487/2022 – DURB/GARIU – Painel publicitário com 24m2

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 269 e 270 (ver ponto 180).

226. Deliberação n.º 2415/2022 – Proposta n.º 488/2022 – DURB/GARIU – Ocupação da via pública com sacos de compras XXL alusivos ao LIDL exibindo publicidade – RETIRADA

A proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 271 e 272, foi retirada pela Sra. Vereadora Rita Carvalho, pelos motivos indicados no ponto 180.

227. Deliberação n.º 2416/2022 – Proposta n.º 489/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública para ação de rastreio de acuidade visual gratuito

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 273 e 274 (ver ponto 180).

228. Deliberação n.º 2417/2022 – Proposta n.º 490/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 275 a 277 (ver ponto 180).

229. Deliberação n.º 2418/2022 – Proposta n.º 491/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 278 e 279 (ver ponto 180).

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Luís Simões – Disse que estava ali na qualidade de delegado sindical, do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores, em representação dos Bombeiros Sapadores de Setúbal. Disse que os Bombeiros Sapadores de Setúbal funcionavam como funcionários da Câmara Municipal de Setúbal, que há muito que tinham problemas de caráter profissional e operacional, que não só comprometiam a vida e a segurança dos bombeiros, como

comprometia o socorro à população. Infelizmente, as suas preocupações tendiam a ser ignoradas pelo executivo. Com a recente mudança de executivo, com o novo Presidente e com a tão desejada saída do senhor Vereador Carlos Rabaçal da vereação da Proteção Civil, acreditavam que talvez fosse possível haver um diálogo sério e responsável que promovesse a mudança. Tinham estado naquela sala, na reunião de 2 de dezembro de 2021, num protesto silencioso, e no fim da reunião terão abordado o senhor Presidente, salientando a necessidade urgente de haver diálogo. Infelizmente, naquele momento, tinham percebido que continuava a não haver abertura para juntarem em reunião o Vereador da Proteção Civil e o senhor Comandante, assim como os representantes dos bombeiros, o que para eles era difícil de compreender e aceitar tendo em conta que a Câmara Municipal de Setúbal era a única em todo o país com uma companhia de Bombeiros Sapadores e mantinha aquela postura, o que inviabilizava a resolução de problemas de caráter operacional. No dia 24 de janeiro, em plenário convocado pelo senhor Presidente, os bombeiros apresentaram a uma só voz um conjunto de problemas que careciam de ser resolvidos. O executivo apesar de não ter apresentado qualquer solução para os problemas apresentados mostrou-se disponível para negociar com os bombeiros um acordo coletivo de trabalho. Referiu que, naquele mesmo plenário, os bombeiros tinham feito questão de relembrar o executivo que estavam totalmente insatisfeitos com o senhor Comandante, que não existia uma relação de respeito e muito menos de confiança e lembraram que num passado recente tinha sido apresentado um abaixo-assinado com elevada adesão e devidamente fundamentada, pedindo o afastamento do senhor Comandante, ao que lamentavelmente o então executivo ignorara uma vez mais os Bombeiros Sapadores, não mostrando o mínimo respeito em ter dado uma qualquer resposta àquele manifesto. Ironicamente os Bombeiros obtiveram uma resposta que tinha vindo após o referido plenário, passado um mês, em forma de despacho e que nomeava para se manter no cargo por mais cinco anos, o mesmo Comandante. No dia 13 de abril, sem a presença do senhor Vereador da Proteção Civil ou o Comandante, tinha-se dado o início a um conjunto de três reuniões, com vista a estabelecer o já referido acordo coletivo de trabalho. Naquelas reuniões tinha havido também disponibilidade por parte da senhora Vereadora Carla Guerreiro de discutir outros problemas, contudo a 20 de junho tinha sido dada como terminada a ronda negocial, sem que nada fosse possível resolver ou acordar. Relativamente ao acordo coletivo de trabalho, os Bombeiros apresentaram uma proposta com catorze cláusulas, tendo a negociação chegado à décima primeira, sem que a autarquia aceitasse uma. Importava referir que a grande maioria das cláusulas propostas tinham sido cópia integral de acordos estabelecidos entre o Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores com outras autarquias. Disponibilizaram para fazer ajustes nas propostas recusadas, no entanto, rapidamente percebemos que a autarquia não estava disponível para tal e o que pretendia era impor um acordo idêntico aos que tinha assinado no passado, com outras estruturas sindicais, que no seu entender em nada acautelava os direitos dos trabalhadores, muito pelo contrário. O Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores nunca assinaria um ACEEP imposto e que não lhes trouxesse melhorias aos Bombeiros Sapadores e consequentemente um melhor eficaz socorro à população.

Em relação ao litígio existente entre a Câmara Municipal de Setúbal e os Bombeiros Sapadores, referente a uma incorreta colocação no índice de tabela salarial de inúmeros bombeiros que tinham sido alvo de promoções, o Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores propôs recorrer ao Tribunal Arbitral, por ter competências para resolver aqueles litígios e por ser mais célere, evitando assim um Tribunal Administrativo, em que o processo daquela natureza poderia levar uma década a ser resolvido, o que exporia os trabalhadores a uma elevada e injusta angústia.

A senhora Vereadora Carla Guerreiro deixou assente que não aceitaria a proposta justificando-se com três argumentos, que iria passar a citá-los.

No que se referia ao primeiro argumento, a decisão que adviesse daquele tribunal não seria alvo de recurso. Àquele argumento apresentaram que não corresponderia à verdade, uma vez que qualquer que fosse a decisão tomada era sempre passível de recurso.

No que se referia ao segundo argumento, as custas de Tribunal Arbitral poderiam ser mais dispendiosas do que as de outros tribunais.

Apesar de incrédulos com aquele argumento, uma vez que estava em causa o real interesse dos trabalhadores, o Sindicato Nacional dos Sapadores disponibilizou-se para suportar todas as despesas, mesmo que a decisão fosse favorável aos Bombeiros Sapadores.

Relativamente ao terceiro argumento apresentado, no pedido realizado ao centro arbitral administrativo não constava a fundamentação do Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores.

Informaram a senhora Vereadora que no pedido inicial apenas se apresentava a questão a dirimir e só após aceitação seria elaborada uma fundamentação.

Desmontados todos aqueles argumentos apresentados, a decisão do executivo manteve-se inalterável, nem sequer tinha sido equacionada a possibilidade de ser revista, deixando os Bombeiros, mais uma vez, com o sentimento de que a Câmara Municipal de Setúbal não estava efetivamente preocupada com eles. Disse que gostaria de fazer uma nota àquele ponto que tinha acabado de referir, porque precisamente no dia anterior, dia 5, pelas 19h17m, o sindicato recebera a informação de que efetivamente a Câmara Municipal aceitara a sugestão do sindicato de prosseguir para Tribunal Administrativo. Tinha feito questão de referir o que anteriormente tinha aludido, para que percebessem que os Bombeiros para conquistar alguma coisa, estavam sujeitos àquele desgaste e àquela luta, quando muitas vezes simplesmente a boa vontade resolveriam a maior parte dos seus problemas.

Curiosamente, no dia anterior, muito próximo da hora que receberam aquela novidade também tinham recebido uma convocatória para o plenário com o senhor Presidente, a realizar já no dia 7, às 16 horas. Aquele plenário tinha sido marcado com menos de 48 horas de antecedência, o que terá causado alguma surpresa no seio dos Bombeiros. Esperavam convictamente que aquela convocatória não tivesse o intuito de os desmobilizar, pelo facto de poderem estar naquele dia na reunião de câmara. Caso assim fosse, pediam desculpas, uma vez que terão defraudado as suas expectativas.

Nas referidas reuniões alertaram novamente para a constante falta de efetivos diário em serviços, estando assim em risco o socorro aos munícipes, bem como a segurança dos Bombeiros. Voltaram a alertar que o regulamento interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal referia um efetivo mínimo diário de 27 elementos, muito longe do número de Bombeiros Sapadores que atualmente prestavam serviço diariamente, que eram cerca de 13 a 14 bombeiros.

Deixaram a garantia que o Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores de Sapadores exigiria a responsabilidade criminal por possíveis acidentes que viessem a ocorrer quer com Bombeiros, quer com as populações de Setúbal ou Azeitão, que adviessem daquele ato irresponsável.

O sindicato já tinha feito saber em comunicado que os Bombeiros Sapadores de Setúbal declinavam qualquer responsabilidade de uma resposta insuficiente e inoperante, perante o reduzido efetivo diário, menos de metade do estabelecido no regulamento interno.

Sr. Presidente – Disse que entre um sindicato e uma entidade patronal havia entendimentos que não seriam coincidentes relativamente a muitas matérias. Tratava-se de uma situação normal, uma situação de diálogo que prosseguia enquanto houvesse entendimento das partes. Quando uma das partes abandonava as negociações, certamente que o diálogo não continuaria. Da parte do executivo estava definido que acompanharia o sindicato, aquele e os outros sindicatos, nas negociações e a abertura estaria sempre presente.

Relativamente à questão relacionada com o senhor Comandante, já tinha tido a oportunidade de dizer em reunião com os Bombeiros Sapadores, qual seria a posição do executivo relativamente ao Comandante. O Comandante tinha o reconhecimento de capacidade por parte da Câmara Municipal, não havia razões nenhuma para haver alteração ao comando. Não misturavam questões relacionadas com o comando com outro tipo de questões e entendiam que a confiança que a Câmara Municipal tinha no Comandante era uma confiança que estava relacionada com a sua capacidade e experiência em termos do que se

relacionava com a operacionalidade dos Bombeiros Sapadores Municipais. Aquela questão devia ficar clara.

Relativamente a alguns problemas que se arrastavam há bastante tempo e que alguns Bombeiros se sentiam prejudicados por haver diferentes interpretações da lei, que era reconhecido por todos, pelos Bombeiros e pela Câmara Municipal. Infelizmente, às vezes, a legislação não era suficientemente clara, a sua sobreposição em alguns aspetos deixava muitas dúvidas nas interpretações. Não sendo jurista estava à vontade para falar daquela forma.

Ao contrário do que o Sr. Luís tinha referido, a Câmara Municipal já anteriormente e tendo em conta aquele diferendo na interpretação, merecia todo o respeito nas suas posições, na defesa dos seus direitos. O executivo manifestou disponibilidade para equacionar sempre as posições que pudessem vir a ajudar a ultrapassar aquela situação. Aquela questão tinha sido colocada nas reuniões com a senhora Vice-Presidente, ao qual o executivo entendera corresponder à proposta que tinha sido apresentada pelos Bombeiros, que era importante. Iam acompanhar aquele processo no sentido de que houvesse algum esclarecimento, em que várias entidades que tinham a tutela das câmaras municipais e tinham pareceres jurídicos coincidentes com os pareceres jurídicos dos técnicos da Câmara Municipal. A Câmara Municipal estava numa situação difícil, no entanto, sempre manifestara essa abertura.

A proposta tinha sido feita e devidamente ponderada e o executivo acompanhava a respetiva proposta.

Relativamente à reunião que tinha sido marcada, disse que tinha um compromisso com os Bombeiros, da última vez que lá tinha estado no mês de março e que no mês de junho voltariam a falar. Os problemas dos Bombeiros eram problemas como a de outros trabalhadores, certamente com a especificidade própria que os Bombeiros tinham, havia problemas que tinham sido identificados e era no diálogo que se criavam as condições para ultrapassar alguns daqueles problemas. Tinha havido um compromisso da sua parte para que durante o mês de junho voltassem a falar. As agendas não eram fáceis de gerir, em particular a sua e não tinha culpa nenhuma nisso, era muito complicado gerir as agendas com a responsabilidade que um Presidente da Câmara tinha nas várias valências. Na realidade, não tinha havido condições para marcar a reunião com os Bombeiros Sapadores, pelo que precisava urgentemente cumprir aquilo que tinha prometido que era ter mais uma vez um bom diálogo com os Bombeiros e era por causa daquilo que a reunião tinha sido marcada, esperando que tivesse o maior número de Bombeiros na referida reunião. Certamente que iriam falar de assuntos e de questões que diziam respeito a todos, à responsabilidade que a Câmara Municipal tinha naquele processo e aos direitos que cabiam aos trabalhadores da Câmara Municipal, naquele caso em concreto, os Bombeiros. Disse que iriam continuar o trabalho e o diálogo no sentido de estarem sempre nas melhores condições para servir as populações do nosso território. Havia muita gente que não sabia e outros que não o reconheciam, mas a Câmara Municipal de Setúbal tinha Bombeiros Sapadores e, por essa razão pagava bastante para manter aquele corpo de Bombeiros especializados. Aqueles Bombeiros serviam todo o país e ainda bem que tinham condições para servir todo o país quando era necessário e serviam não só as populações do nosso território, mas serviam também património que era do Estado, património valioso que todos reconheciam, no entanto, era a Câmara Municipal de Setúbal que suportava os custos de manter aquela Companhia de Bombeiros. Várias vezes se tinha ponderado a questão, tendo em conta o equilíbrio financeiro das contas do Município, encontrarem uma solução diferente, mas depois acabavam sempre por conhecer a importância que era ter um corpo especializado de Bombeiros no nosso território, que estivessem ao serviço público.

Referiu que as coisas seriam muito claras na relação com as pessoas e por essa razão dizia aquilo que tinha de dizer e sabia porque o dizia. Havia pessoas que desconheciam mesmo o que significava ter uma Companhia de Bombeiros Sapadores, mas existiam outras pessoas que procuravam ignorar o que aquilo significava para as contas do Município.

Pediu desculpas por ter colocado aquela nota, mas quando falavam em público, tinha a responsabilidade de informar as pessoas do significado das coisas.

Continuavam a considerar que era muito importante que Setúbal e a Câmara de Setúbal tivessem uma companhia especializada de Bombeiros e que pudessem, quando fosse necessário servir outras populações, em defesa de outro património, mesmo havendo outras entidades, designadamente o Estado a quem serviam, através dos seus Bombeiros.

Tinha dado resposta às questões colocadas, o diálogo certamente iria continuar com o sindicato e com os representantes da Câmara Municipal.

Tinha sido muito claro, provavelmente no mês de novembro, enquanto Presidente da Câmara falaria com os trabalhadores da Câmara Municipal, havia quem tivesse as responsabilidades da relação institucional no que dizia respeito às organizações dos trabalhadores. Porque havia quem fosse especializado naquela área, o que não seria o seu caso, mas a sua especialidade era falar com os trabalhadores individualmente considerados e por essa razão no dia seguinte estaria presente à hora marcada para falar com os Bombeiros que eram trabalhadores daquela Câmara Municipal.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Informou o senhor Presidente que tinha escutado com atenção as questões que tinham sido colocadas pelos Bombeiros a qual tinham vindo a acompanhar. Tinha havido uma questão à qual o senhor Presidente não se tinha referido, a qual a preocupava particularmente. Questionou o senhor Presidente se estava em risco o socorro dos munícipes, uma vez que tinha sido colocada a questão do número de efetivos. Não se podia esquecer que tinham várias situações particulares, como era o caso da Serra da Arrábida e da Mitrena. Preocupava-os perceber se estava em risco o socorro aos munícipes e aos bens, tal como tinha referido.

Sr. Vereado Vitor Ferreira – Disse que acompanhavam a questão colocada pela senhora Vereadora Sónia Martins.

A sua bancada tinha acompanhado aquela situação através do senhor Vereador Fernando José que era especializado naquela área do trabalho. O senhor Presidente disse que reconhecia a importância do nosso concelho ter um corpo com aquelas características e também tinha falado em diálogo. Reforçava a ideia do diálogo, que fosse na valência do diálogo com os trabalhadores ou fosse com as instituições em representação dos trabalhadores, e que fosse um diálogo consequente.

Apelaram para que o diálogo fosse produtivo, pois seria aquela a intenção de que se entendia nas palavras do senhor Presidente.

Não havendo dúvidas da importância de uma Companhia de Bombeiros, sabendo que era pesado para o orçamento, também sabiam que era uma mais-valia para o concelho.

Disse que deixava o apelo para um diálogo consequente e também a mesma interrogação colocada pela senhora Vereadora Sónia Martins.

Sra. Vice-Presidente – Disse que independentemente do diálogo que tentaram ter com o sindicato, no entanto, o sindicato considerara que o diálogo não tinha sido aquilo que achariam que poderia ter sido a negociação.

Da parte da Câmara Municipal entraram em todas as negociações de boa-fé, não tinham estado de “*pé atrás*”. Disse que tinha explicado aos representantes do sindicato, o executivo tinha de gerir uma organização com cerca de duas mil pessoas e que estavam disponíveis para as negociações do ACEEP, apesar de terem sido ali abordados assuntos diferentes, que não fosse conflituante com aquilo que já eram as práticas que a Câmara tinha e que já tinha chegado a acordos com alguns sindicatos, ainda o sindicato ali representado nem sequer existia. A Câmara tinha acordos que foram negociados com os sindicatos que existiam na altura. Admitiam que pudesse existir matérias que tivessem de ser negociadas com outros sindicatos. A questão passava pela gestão de todo o pessoal e da maneira como os compassos eram feitos relativamente a vários setores, que no seu ponto de vista não era exequível terem uma parte da companhia a ser regulada por um ACEEP completamente diferente do outro ACEEP que tinha sido negociado por outro sindicato.

Da sua parte e dos restantes membros do executivo haveria sempre disponibilidade que a câmara através da sua pessoa retomasse as negociações do ACEEP. No entanto, aquelas premissas da parte da Câmara Municipal seriam legítimas. Quando se falava de diálogo consequente, também teria que se perceber as condições em que aquele diálogo tinha sido feito, que tinha sido franco e aberto, não tiveram negociações que não fossem daquela maneira. Havia interesses por parte da entidade ou por parte do sindicato que tinham vindo a ser inconciliáveis, não significava que no futuro continuassem a ser e que a questão tivesse de parar por ali. Na última reunião os senhores disseram que não havia condições para estarem na negociação.

Relativamente às questões da Comissão Arbitral, o senhor Presidente já tinha dito, no entanto pretendia dizer outra coisa que os senhores não tinham dito, nessa reunião que tiveram e que tinha transmitido aquelas três questões e que os senhores tinham voltado a transmitir os seus argumentos, terá dito que iria colocar novamente à consideração do senhor Presidente e dos outros vereadores e tinha sido isso que tinha acontecido, porque era isso que fazia parte da negociação, para que entre as partes pudessem conseguir ter argumentos para que pudessem verificar qual seria a melhor posição em cada momento. Aquilo significava da parte da Câmara Municipal uma grande abertura e uma grande vontade de esclarecer de uma vez por todas a situação. Como era do conhecimento dos senhores, em matéria de trabalho, aquela não era uma forma muito habitual e os nossos próprios serviços também não estavam habituados àquela forma. Também registaram que o senhor Luís não podia deixar de ter dito com alguma intenção que tinha recebido um determinado e-mail. A Câmara tinha respondido ao Tribunal dentro do prazo e depois de ter respondido ao Tribunal deram essa informação, significava que maior transparência do que aquela não tinha sido possível.

Se o senhor Presidente continuasse a dar-lhe aquela responsabilidade, da sua parte estaria sempre disponível para reunir com os sindicatos dos Bombeiros e como era óbvio com todos os outros sindicatos, porque seria essa a sua função.

Sr. Presidente – Disse que os senhores teriam a oportunidade de acompanhar o diálogo e de falar sobre todas aquelas questões. Tinham colocado ali as questões que tinham sido esclarecidas também com a intervenção da senhora Vice-Presidente.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins, que a Câmara Municipal tinha um Comandante de Bombeiros, com a responsabilidade de garantir operacionalidade, no que dizia respeito ao socorro, por isso não tinham razões para não ter confiança no Comandante dos Bombeiros. A capacidade dos Bombeiros no terreno, no dia a dia, era dada pelo Comandante dos Bombeiros.

No que se referia à Proteção Civil, disse que tinham um responsável com uma grande experiência. Não tinha informação que alguma vez estivesse em causa a falta de capacidade para os Bombeiros e a Proteção Civil poderem responder às questões para que eram chamados, no âmbito das suas responsabilidades.

Relativamente à questão da Mitrena, tratava-se de empresas privadas que tinham as suas seguranças, os seus bombeiros, pessoas que eram contratadas para aquele fim, naturalmente que, quando a situação se complicava seriam os Bombeiros Sapadores a deslocarem-se ao local.

Sra. Vereador Sónia Martins – Questionou o senhor Presidente, caso houvesse um incêndio na Mitrena, se cada empresa estaria na Mitrena a acionaria os seus bombeiros.

Sr. Presidente – Disse que haviam questões que tinham de ser compreendidas na responsabilidade que cada um tinha. Aquelas empresas tinham a responsabilidade de ter a sua própria segurança, assim também no que dizia respeito ao socorro e ao bom funcionamento operacional e técnico das próprias empresas, conforme o risco da atividade de cada uma.

No que se referia ao Parque Natural da Arrábida havia várias entidades que tinham responsabilidades sobre a defesa e prevenção no Parque Natural. Tinham tido recentemente

uma reunião e fizeram sentir a quem de direito as preocupações que tinham, a nível de abandono de muitas propriedades na área do Parque Natural, apesar de todo o trabalho da Proteção Civil e dos Bombeiros como prevenção, alertando os proprietários para as possíveis situações. Tinha ficado estabelecido na reunião que ia ser avaliado um diálogo permanente de quem tinha as responsabilidades naquela matéria. O Parque Natural era da responsabilidade do Estado, não era da responsabilidade da Câmara Municipal. No entanto, os Bombeiros Sapadores e os Bombeiros Voluntários sempre que acontecia alguma situação de alerta deslocavam-se para o respetivo local. Sempre que estava em causa a vida das pessoas ou o património, naturalmente que disponibilizariam os meios ao serviço do interesse público e tratando-se de um Parque Natural certamente que seria de interesse público. Era importante salientar de quem tinha as responsabilidades maiores e de quem tinha as responsabilidades em grande parte de solidariedade, uma vez que se tratava do socorro a solidariedade estaria sempre presente.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que não pretendia alongar-se, uma vez que se tratava do período do público, pelo que apresentaria as suas questões numa reunião posterior, mas folgava saber que podiam estar todos descansados que o socorro não estava colocado em causa e que estava a ser feita uma excelente gestão dos efetivos. Pretendia ficar descansada, assim como os setubalenses.

Sra. Paula Ramos – Disse que era vendedora ambulante e tinha uma roulotte na Avenida José Mourinho, que para obter energia tinha de optar por um gerador, situação que se mantinha há cerca de oito anos. Recordou o senhor Presidente juntamente com o senhor Presidente da Junta de Freguesia Rui Canas que durante o período eleitoral tinha solicitado a resolução da situação, mas até à presente data ninguém lhe tinha dado solução. Já se tinha dirigido à EDP e disseram-lhe que tinha de colocar um poste específico que seria demasiado dispendioso. Sabia da existência de uma caixa elétrica pertencente à Câmara Municipal, que estava a cerca de 700 metros da sua roulotte, onde podia ligar um cabo em substituição do gerador.

No Auditório José Afonso decorria a apresentação de ranchos folclóricos, patinagem artística e Setubailas, num espaço onde sempre tinha trabalhado com a sua roulotte de faturas e atualmente tinha as “*portas fechadas*”, inclusive no certame das Marchas de Setúbal apercebeu-se que um colega seu estava a colaborar naquele evento e promovia outros eventos para a câmara, que lhe andava a tirar todos os seus lugares, porque ele tinha umas barracas de madeira, roulotte de faturas e pão com chouriço. Solicitou ao senhor Presidente que lhe desse uma solução.

Sr. Presidente – Informou a senhora Paula Cristina Ramos que a questão do gerador precisava de ser resolvida. Mas como a senhora deveria perceber, não era fácil.

Sra. Paula Cristina Ramos – Alertou o senhor Presidente para a permanência na Av. José Mourinho, de uma carrinha “Street-food”, belga, que tinha acesso à energia elétrica.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença da munícipe e informou-a que iria verificar a situação do gerador.

Sr. Rogélio Cebolinho – Disse que iria tentar ser sintético, porque tinha uma série de pontos a colocar de âmbito geral. Iria falar como um munícipe da cidade, um cidadão setubalense, nascido e criado em Setúbal.

Referiu que a única inquilina da Casa das Quatro Cabeças tinha sido a sua sogra, com as rendas todas pagas. Tinha sido despejada no tempo em que o senhor Presidente tinha sido Vice-Presidente, e só tinha deixado de pagar rendas após a expropriação dos senhores que tinham dado indicação à Associação de Proprietários para não receberem as rendas.

A sua sogra tinha andado a penar atrás da Câmara, na altura em que o senhor Presidente era o Vereador responsável, para repararem o telhado para que ela pudesse ter condições de habitabilidade e teve de sair quando a câmara expropriou a Casa das Quatro Cabeças, porque o edifício tinha ficado de tal maneira degradado que a Proteção Civil a obrigara a sair. A Câmara perdera o processo em Tribunal e a sua sogra não ficou a “viver debaixo da ponte”, mas depois de uma intervenção oncológica teve de ir para uma casa na Bela Vista. A Câmara tinha gastado uma fortuna no apoio jurídico com a Dra. Rosa Antunes. Todos sabiam que as expropriações e indemnizações inerentes a casas com muitos anos tinham sido uma ninharia. O senhor Presidente tinha alguns retoques de alguma arrogância.

O senhor Presidente tinha falado em despesas e orçamento em relação aos custos dos Bombeiros, era impensável que a Câmara não tivesse orçamento para suportar um corpo de Bombeiros que era fundamental. As outras entidades era o Instituto de Conservação da Natureza tinham carros auxiliares que em nada se comparavam com os equipamentos dos Sapadores de Bombeiros. Se o antigo Secretário-Geral Álvaro Cunhal fosse vivo e tivesse ouvido a representação dos Bombeiros e a postura da Câmara certamente ficaria muito mal impressionado, porque a Câmara enquanto entidade patronal e os Bombeiros enquanto colaboradores, o diálogo não tinha sido frutífero.

Disse que lhe tinha feito muita confusão o facto de a vereação da oposição com maioria ter consentido a concessão dos parquímetros a uma empresa por um período de 40 anos.

Questionou o senhor Presidente, como seria possível que numa Câmara Municipal tivesse criado uma concessão com 40 anos a uma empresa da Madeira.

Sr. Presidente – Disse que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal já tinham aprovado aquela proposta, no entanto, o senhor tinha vindo questioná-lo, quando na altura da aprovação dos parquímetros não fazia parte da Câmara Municipal.

Sr. Rogélio Cebolinho – Alertou para o estacionamento de veículos de duas rodas na praia Figueirinha, numa zona de terra batida sem nenhuma condições, de espaço limitado e junto a uma arriba contígua à praia, sujeita a haver um acidente, porque uma mota maior não estando devidamente suportada na arriba podia cair na praia.

Questionou o senhor Presidente, se havia um controlo de despesas da frota das viaturas utilizadas pela Câmara.

Questionou o senhor Presidente se a Câmara tinha 1.500 funcionários ou se eram 2.000 funcionários, porque a senhora Vereadora tinha falado em cerca de 2.000 e o senhor Presidente tinha falado em 1.500 funcionários. A diferença era de 500 funcionários o que significava uma grande diferença em termos de ordenado, o que demonstrava existir falta de rigor. O dinheiro público devia ser bem aplicado e bem justificado em todas as áreas.

Disse que a Câmara Municipal de Setúbal era das câmaras do país mais endividadas.

Disse que tinha reunido com a senhora Vereadora Rita Carvalho e tinha falado sobre a função das rotundas e dos ornamentos das mesmas que prejudicavam a segurança no trânsito, para além dos seus custos.

Questionou o senhor Presidente quanto tinham custado a árvores que se encontravam na rotunda da Av. dos Combatentes e quem tinha custeado os roazes feitos em pedra que se encontravam na rotunda do Alegro.

A questão de fundo passava pelo controlo de despesas, permitindo que a Câmara de Setúbal saísse do lote das câmaras mais endividadas do país, para que as gerações vindouras não apanhassem uma câmara em bancarrota, em falência técnica.

Questionou o senhor Presidente sobre a quantidade de assessores existentes e qual seria o custo de todos os assessores.

Disse que ia saber se não tinha havido contestação a um determinado concurso para preenchimento de uma vaga que tinha sido criada para um determinado serviço de museus a qual tinha sido ocupada. Tinha sido admitida uma pessoa de parentesco para a Câmara cujo júri do concurso fazia parte todos os funcionários da Câmara, pelo que questionou se não deviam ser pessoas independentes a analisar o currículo. Sugeriu que não houvesse casos

em Setúbal tal como tinha acontecido na Câmara Municipal de Loures com o genro do ex-Presidente da Câmara Municipal de Loures.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença do Sr. Rogélio por ter colocado todas aquelas reflexões. Informou o senhor Rogélio Cebolinho, para que não ficasse com dúvidas, os membros do júri do concurso não eram todos da Câmara Municipal, na realidade tinha sido constituído por técnicos da Câmara Municipal e por um representante do Instituto Politécnico de Setúbal, especialista na área. Tinha sido constituído na sua totalidade por três elementos.

Sra. Vereador Sónia Martins – Solicitou que fosse indicado a previsão das reuniões de câmara no mês de agosto, para que se pudessem organizar, dado que se tratava de um mês privilegiado de férias.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e cinquenta minutos.

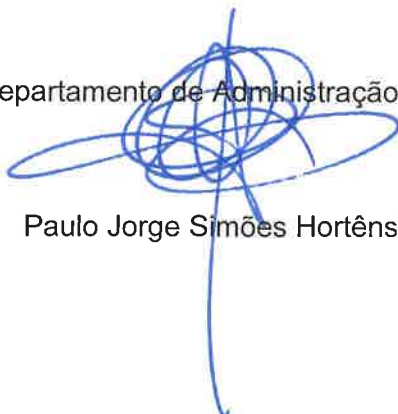
Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 7 de dezembro, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 82 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio